



Ensaaios acerca da imprensa sul-rio-grandense

FRANCISCO DAS NEVES ALVES
LUIZ HENRIQUE TORRES

23



CIDH

Cátedra Convidada FCT / Infante Dom Henrique
para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização



Ensaio acerca da imprensa sul-rio-grandense



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Carlos Carranca

- Universidade Lusófona -

Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos

- Universidade do Vale do Rio dos Sinos -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra Infante Dom Henrique (CIDH) -

José Eduardo Franco

- CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Vania Pinheiro Chaves

- CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves
Luiz Henrique Torres

Ensaaios acerca da imprensa sul-rio-grandense



CIDH

Cátedra Convidada FCT / Infante Dom Henrique
para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2019

**DIRETORIA DA CÁTEDRA INFANTE DOM HENRIQUE
PARA OS ESTUDOS INSULARES ATLÂNTICOS E A
GLOBALIZAÇÃO**

Diretor: José Eduardo Franco

Diretor-Adjunto: João Relvão Caetano

Secretária: Aida Sampaio Lemos

Tesoureira: Joana Balsa de Pinho

Vogais: Maurício Marques, Paulo Raimundo e Carlos Carreto

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves

Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil

Diretor de Acervo: Mauro Póvoas

1º Secretário: Luiz Henrique Torres

2º Secretário: Ronaldo Oliveira Gerundo

1º Tesoureiro: Valdir Barroco

2º Tesoureiro: Roland Pires Nicola

Ficha Técnica

- Título: Ensaaios acerca da imprensa sul-rio-grandense
- Autores: Francisco das Neves Alves e Luiz Henrique Torres
- Coleção Rio-Grandense, 23
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Agosto de 2019

ISBN – 978-85-67193-30-4

CAPA: *Revista Ilustrada*, 6 dez. 1879, a. 4, n. 186, p. 1.

SUMÁRIO

Imprensa em Tempos de Cólera	8
Subsídios para a biografia de um caricaturista sul-riograndense	27
A presença de fundamentos medievais na imprensa caricata gaúcha do século XIX	44
Jornalismo em Tempos de Crise	84

Imprensa em Tempos de Cólera

Luiz Henrique Torres*

Registros deixados desde a antiguidade relataram o difícil convívio das sociedades humanas com as doenças. As chamadas *pestes* devastavam comunidades inteiras e espalhavam o pânico e o medo em sua marcha de mortalidade. Ao longo da história do Brasil o convívio com as epidemias foi sistêmico frente às precárias condições médico-higienistas. Varíola, tifo, peste bubônica, febre amarela, cólera e várias outras enfermidades provocadas por vírus, bactérias, vibriões sucederam-se e assumiram algumas vezes um caráter contínuo ou intermitente. Antes da devastadora gripe espanhola de 1918 que provocou uma altíssima mortalidade, em meados do século XIX uma epidemia de cólera abateu-se sobre o Brasil atuando com severidade na cidade do Rio Grande. A marcha devastadora do cólera e as mudanças urbanas provocadas pela doença no Brasil serão abordadas buscando um resgate de dias difíceis e desafiadores que foram vividos pela população de aproximadamente 12 mil habitantes que Rio Grande possuía neste período, quando os referenciais da vida cotidiana foram rompidos diante do medo da morte.

A epidemia de cólera foi importada do Oriente e chegou ao Pará através de imigrantes portugueses da região do rio Douro. Flagelou o Pará entre maio de 1855 e fevereiro de 1856 difundindo-se por cidades do litoral

* Professor do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

brasileiro. A epidemia chegou à cidade do Rio Grande no mês de novembro de 1855 e provocou comoção e medo devido à alta letalidade que matou quase 500 pessoas. Em situação de crise a imprensa passa a ter um papel ainda mais relevante no enfrentamento das situações públicas impostas pela epidemia. O Jornal *O Povo* foi criado no contexto desta crise e de forma enfática exigirá das autoridades atitudes saneadoras para combater os miasmas coléricos e também os miasmas da corrupção dos políticos.

A epidemia de cólera no Brasil

A trajetória de devastação da epidemia do cólera no Brasil iniciou pela cidade de Belém no Pará. A desestruturação de comunidades inteiras e o pânico provocado se difundiram pelo Brasil à medida que os casos da doença disseminavam-se pelas províncias brasileiras. Arthur Vianna registra que em 15 de abril de 1855, a galera portuguesa *Defensor* deixou a cidade portuguesa do Porto rumo a Belém do Pará, transportando trezentos e quatro passageiros, sendo duzentos e oito colonizadores. O capitão da embarcação era Rafael Antonio Pereira Caldas e a tripulação era composta de dezessete homens. A partir do décimo dia de viagem uma doença passou a vitimar os passageiros sem levantar a suspeita de ser uma epidemia de cólera, pois esta doença ainda não havia se manifestado na cidade do Porto. As mortes poderiam estar sendo causadas pelas péssimas condições de alojamento, asseio e alimentação fornecidas aos passageiros. Ao longo da viagem faleceram trinta e seis passageiros sendo as três primeiras vítimas crianças. O médico de bordo, erroneamente, não relacionou os óbitos com o cólera. No dia 15 de maio, o navio chegou ao porto de Belém sendo visitado pelo Provedor da Saúde do Porto Dr. Camilo José do Vale Guimarães. Fundado no parecer do médico de bordo o provedor redigiu o seguinte relatório:

“Fui imediatamente examinar a referida galera e reconheci na realidade que estes infelizes não faleceram de moléstia alguma de caráter maligno ou contagioso, que na viagem aparecesse, mas sim correram a fome, a sede e espancados pelo capitão que, além de dar-lhes péssimo alimento, ainda chegou a tanto a malvadeza deste capitão que esse mesmo pouco e péssimo que dava, era cozinhado com água salgada. A vista do deplorável estado em que achei estes passageiros, cobertos de miséria, desembaracei a dita galera, dando-lhe neste porto a livre prática” (VIANNA, 1975: 120).

No dia 26 de maio de 1855, o Dr. Américo Marques de Santa Rosa, cirurgião alferes do corpo de saúde do Exército no Pará, realizou a visita diária aos doentes do 11º Batalhão de Caçadores quando observou o estado de saúde de dois soldados que apresentavam aparência cadavérica e um estado generalizado de debilidade física. Os soldados queixavam-se de dores no estômago, vômitos e diarreia. O médico fez o seguinte relatório do que observou nos dois pacientes: “... presenciei um quadro triste, que nunca tinha visto, e que faria arrepiar as carnes a outro que não fosse médico, porque o médico deve ter um semblante de mármore, insensível as grandes dores, para que o doente jamais possa ler o que lhe vai no fundo d’alma”. Segundo o médico a cena era desesperadora, pois ambos os doentes pareciam dois cadáveres animados por uma força desconhecida; o corpo estava glacialmente frio, contrastando com o calor interno que diziam sentir a ponto de não consentirem a menor cobertura; a pele era embaciada, as feições decompostas, os olhos encovados, o nariz afilado, o ventre retraído, os dedos das mãos enrugados, como se estivessem mergulhados em água fria por longo espaço de tempo. O pulso estava tão concentrado que mal se percebia, a respiração era curta e frequente; os vômitos e a diarreia de um líquido esbranquiçado, não cessavam. Os doentes sentiam câimbras

fortíssimas nas extremidades inferiores, estavam numa agitação extrema; um deles dava gritos com uma voz rouca e medonha; no outro a voz estava quase extinta. Ambos faleceram no espaço de apenas quatro horas (VIANNA, 1975: 122). O médico diagnosticou *cólera morbus epidêmico*, o que ocasionou dúvidas e também pânico. Médicos foram convidados para uma discussão definindo se realmente era cólera epidêmico ou cólera esporádico. A maioria descartou o caráter epidêmico, respondendo o doutor Américo com a frase “permita Deus que eu seja mau profeta”.

Apesar de novos casos e mortes surgirem até o final do mês de maio, continuou a resistência a reconhecer a presença do cólera morbus epidêmico, o qual foi considerado “colerina” ou “cólera morbus esporádico com caráter grave”. Esta resistência é recorrente no caso de epidemias como se constatou também na cidade do Rio Grande onde autoridades buscam descaracterizar a dimensão da epidemia.

Conforme Vianna, inicialmente, devido à morosidade do morbus e preferência pela classe pobre, a posição contrária à manifestação do cólera migrado da Ásia fortaleceu-se. Porém a partir de 15 de junho, a junta de saúde reconheceu o erro de avaliação e considerou a manifestação pavorosa de cólera asiático epidêmico. “O período de recrudescência do mal deve ser contado de 15 de junho em diante; então com indômita violência atacou o cólera toda à cidade, varejou as casas dos ricos e pobres, as espeluncas imundas como os palácios asseados; antes que o mês terminasse podiam-se já contar sem exagero, seis a sete mil atacados, isto é, mais de um terço da população”, conclui Vianna.

Este autor também analisou a recepção popular frente ao fantasma ou a presença da epidemia. Segundo ele, propalou-se a triste verdade dos estragos horríveis que o cólera fizera por todo o mundo; o espírito popular, propenso sempre ao exagero, incumbiu-se ainda de dar cores mais negras ao quadro. Em Belém do Para, o progresso

espantoso e rápido do mal em junho de 1855, desvairou a população. As pessoas caíam pelas ruas, nas igrejas, durante as procissões, contorcendo-se no solo e morrendo as mais das vezes dentro de poucas horas. Famílias inteiras viam-se a braços com a infecção ao mesmo tempo, tornando-se necessária à intervenção dos vizinhos, para não sucumbirem ao abandono; teve a moléstia caprichos singulares, atacando ruas de ponta a ponta, sem perder uma só casa, ora seguindo por um lado, ora por outro; na noite de 8 para 9 de junho acometeu todos os moradores do lado ocidental da Praça Pedro Segundo ou Largo da Pólvora, poupando, porém, os habitantes do lado oposto. Muitas embarcações ficaram abandonadas no porto, dizimadas as suas tripulações; casas de comércio fecharam a falta de empregados; o movimento da cidade diminuiu extraordinariamente. Acabaram-se todos os divertimentos e tudo ficou mergulhado em lúgubre tristeza. Para agravar ainda mais a situação, os roceiros fabricantes de farinha, vendedores de peixe, frutas e aves, deixavam-se estar nos seus sítios com receio da peste, daí resultando ficarem ermas de canoas as docas da cidade e sem ter o povo onde se abastecer de víveres. Aos enérgicos esforços do governo deveu-se a luta contra a fome, que, a ser assim, acabaria agravando a situação, já de si desesperadora (VIANNA, 1975: 154).

No sul do Brasil, o medo de que uma epidemia de cólera eclodisse, fazia parte do cotidiano dos moradores do Desterro (atual Florianópolis). Conforme o pesquisador Oswaldo Cabral (1972) quando, a epidemia chegou em 1855, às apreensões tornaram-se reais, porque, todas as medidas para deter a marcha da doença foram inócuas, todas as providências para combatê-la, ineficazes. Cabral ressalta que em julho desse ano, a epidemia desceu do nordeste para o Rio de Janeiro e o alarme foi grande, pois as notícias a respeito do número de vítimas que ele fazia eram suficientes para criar o ambiente de apreensões que criou. Na forma do velho costume, só lembrado em tais

momentos, a Câmara tratou de mandar limpar os quintais e riachos, caiar as casas, examinar os gêneros alimentícios para que fossem inutilizados os corruptos e danosos, a Saúde Pública foi entregue aos cuidados do dr. Hermógenes Miranda Ferreira Souto. Também cuidou a Municipalidade de localizar o despejo das matérias fecais, nas quatro pontes existentes sobre as marinhas, recolher o lixo das casas duas vezes por semana, criar lazaretos, remover o Hospital Militar do centro da cidade, dividi-la em duas zonas e deixar as fontes e mananciais de água potável em melhores condições de asseio. Infelizmente deixava-se escancarada a porta à entrada do mal, com o insolúvel problema do destino a ser dado às matérias fecais, pois outro não se conhecia além da iniciativa de jogá-las à praia – e, com o da água potável, nas condições em que era feito o suprimento da população, a situação era ótima para o desenvolvimento do mal. Em outubro a situação do Município foi declarada assustadora, pela Câmara, querendo significar de alarme, verdadeiro estado de sítio, tendo solicitado ela que os navios, vindos do norte, ficassem sujeitos à quarentena. O Governo convocou os médicos para uma reunião no Palácio e a quarentena foi decretada, devendo os navios fundear nos Ratones, durante três dias, com bandeira amarela içada, caso tivessem doentes a bordo. Os enfermos seriam desembarcados nos ditos Ratones, em isolamento ali preparado, suprido pelo Governo de gêneros e roupas. Estava na hora – porque, justamente no dia seguinte, 16 de outubro, o cólera chegou. Com o sinal de ‘peste a bordo’, o vapor Imperatriz deitou ferro nos Ratones. Conduzia o navio, além da tripulação, numerosos passageiros e mais cento e nove soldados do Exército, destinados ao Rio Grande. Nesse mesmo trágico dia, seis dos doentes faleceram – todos os soldados, que viajavam ao desabrigo, no convés do navio. Os doentes foram ali desembarcados e, no dia seguinte, ao chegarem os primeiros socorros médicos, mais quatro haviam deixado de existir. Daí pegou fogo. Cinquenta praças, quatro

tripulantes, um escravo de um passageiro, três pessoas da Fortaleza de Santa Cruz (Anhatomirim) que tinha então trinta moradores e mais uma preta da própria ilha dos Ratores que tinha catorze moradores, - ao todo cinquenta e nove pessoas - foram logo atacadas. Delas, vinte e uma morreram. A cidade entrou em pânico - e não era para menos, enfatiza Cabral (1972:230-231).

Em 1856 a escuna Lima, chegada do Rio de Janeiro trouxe um escravo com cólera. Teria sido o ponto inicial para a propagação do contágio. O cólera surgiu violento. Uma escrava do Hospital, que tratara do doente, foi à primeira atingida. Em dois meses, duzentas e noventa pessoas contraíram o morbus. Morreram sessenta e três, segundo as estatísticas oficiais.

“O pior foi que ninguém mais queria tratar dos enfermos, pois era passar de enfermeiro a doente, o que equivalia a um bilhete premiado para o cemitério. Os médicos visitavam, receitavam e retiravam-se. Mas, quem iria dar os medicamentos, alimentos, limpar os enfermos? Foi um transe difícil, mas, pensando bem, a vista do que se verificou no resto do país, o tributo pago pela cidade do Desterro foi talvez o mais reduzido de quantos cobrou ele em toda a nação, pois o desfalque foi, no cômputo geral, de 200 mil vidas.” (CABRAL, 1972:234).

E a epidemia do norte do Brasil foi descendo pelo litoral até chegar ao Porto do Rio Grande e daí infectou a Província do Rio Grande do Sul provocando cerca de 4.000 mortes. A cidade do Rio Grande apresentava, pelo censo de 1848, uma população de 10.152 habitantes. Em 1858, a população aumentou para 13.514 habitantes, constituída de 2.087 escravos (15,4% do total). Quando da eclosão do cólera, a população era de aproximadamente 12.000 habitantes e de 2.000 escravos (estimativas). Conforme levantamento de óbitos realizado junto ao Bispado do Rio Grande, 153

escravos morreram de cólera entre os dias 06 de dezembro de 1855 e 04 de abril de 1856, sendo 105 (68,6%) do sexo masculino e 48 (31,3%) do sexo feminino. Nesta projeção, 7,65% dos escravos da cidade morreram devido à doença. A estimativa de vítimas para a Província, numa população de 280.000 habitantes foi de 4000 (1,42% do total). Na cidade, chegou a cerca de 500 vítimas (4,1% do total), porém, dados precisos ainda não foram coletados para a população não escrava. Porto Alegre apresentou a situação mais crítica, pois frente a uma população de 15.000 habitantes teve 1.405 mortos (9,3% do total).

O jornal *O Povo*

O jornal *O Povo* surgiu exatamente no contexto de crise decorrente da epidemia de Cólera na cidade do Rio Grande. Conforme o historiador Francisco das Neves Alves, *O Povo* foi um jornal crítico às instâncias de poder, principalmente em nível local, caracterizando-se pela combatividade e denúncia em seus pronunciamentos. Alves analisou a publicação que se intitulava “jornal político e social”. Era assinado por 10\$000 anuais ou 6\$500 semestrais, tinha quatro páginas e era editado em tipografia própria. Aceitava “todo o escrito à bem da humanidade, sem contribuição” desde que viesse “com as formalidades prescritas na lei”. Seu lema era: “Não pode haver a paz, ordem estável no nosso século, longe do exercício legítimo das liberdades políticas e civis”. Dedicou-se notadamente ao combate de problemas sociais, em nível local” (ALVES, 1999: 121-123).

Conforme Abeillard Barreto, o jornal *O Povo* circulou desde o mês de dezembro de 1855 até o ano de 1860. O surgimento está voltado com o quase exclusivo propósito de defender os interesses locais, principalmente na questão pertinente ao *cholera morbus*, “foi tal a celeuma que levantou, que os governos se viram obrigados a atender as justas reclamações do Rio Grande” (...). Foram seus redatores o

tenente da Armada José da Costa Azevedo, mais tarde Barão de Ladário, Dr. Emílio Valentim de Barros, Abel Pires de Oliveira e Constantino Jardim, além de outros” (BARRETO, 1935: 5).

O número 1 foi lançado no dia 16 de dezembro de 1855 e em seu editorial, já sinalizava a postura política de usar a imprensa como um instrumento de crítica aos representantes políticos no poder e defesa de um ideário liberal.

“Povo do Rio Grande! O homem que vos fala é vosso amigo e partilhará vossa sorte. Uni-vos a ele para de todo inutilizar os tiranos, os nossos inimigos – esses homens que só aspiram títulos e brasões e que se riem e que escarnecem da vossa pobreza, da vossa aflição, de vossos infortúnios. A soberania do povo é um elemento inabalável, fortificado por suas convicções. A ela devem acatar aqueles que se acham encarregados da manutenção da ordem pública, porque do contrário, o povo revoltado e ferido no seu mais nobre sentimento resta-lhe o direito líquido de usar da facilidade que lhe confere a razão e a justiça” (*O Povo*. Rio Grande: 16 de dezembro de 1855).

Ou seja, o jornal surge para de forma contundente atacar o poder público naquilo não estivesse em sintonia com os interesses do bem público, em especial, da saúde pública. Melhorar as condições da saúde pública local significava denunciar a sujeira das ruas e do litoral e as emanações miasmáticas. Na concepção da teoria dos miasmas, as emanações pútridas ou decomposição cadavérica exalavam gases que ao serem aspirados poderiam provocar a doença reinante. Caberia ao poder público tomar medidas de higienização e aterramento de locais de depósito de ‘imundícies’. Considerava-se o cemitério do BomFim,

localizado na área urbana, como um espaço por excelência para estas emanções. Daí a pressão que o cemitério fosse removido para longe do centro urbano, rompendo os limites das trincheiras do atual canaleta da Major Carlos Pinto, distância que naquela época significava a segurança devido ao distanciamento da ocupação urbana.

Manifestações começam a ocorrer para pressionar o poder público que não acompanhava o ritmo das mudanças trazidas com a devastadora epidemia que havia iniciado na última semana de novembro. Na tarde do dia 11 de dezembro, relata *O Povo*, cerca de 200 indivíduos dirigem-se à residência do delegado de polícia Domingos Vieira de Castro para declararem solenemente que desde então fosse proibida “(porque o povo não queria) a inumação de corpos no cemitério do BomFim no centro da cidade”. O delegado, que segundo o jornal, nutria os mesmos sentimentos do povo soberano, declarou que nada se podia conseguir sem a intervenção do presidente da Câmara e saindo essa massa popular dirigiu-se ao sr. José Luiz de Mesquita, que afirmou que parte dos vereadores iriam designar terreno para além da linha de Trincheiras, “que servisse para o sepulcro do elevado número de mortos diariamente, acrescentando que incontinente providenciaria para ser trancada a porta do cemitério” (*O Povo*. 16 de dezembro de 1855).

Porém, apesar de toda a pressão popular, o presidente da Câmara não fez, como prometido, a demarcação de um novo cemitério: “O que viste vós, povos pacíficos do Rio Grande? Sair à comitiva comissionada, percorrer as campinas d’além trincheiras e voltar para a cidade sem assinalar terreno para um novo cemitério”, sem dar providência alguma, como se nos prometera de proibir a continuação de lançar-se corpos quase insepultos no estreito quadro do velho cemitério!” (*O Povo*. 16 de dezembro de 1855).

Matéria do dia 16 de dezembro com o título de ‘Procedimentos escandalosos’ faz direta crítica a Câmara Municipal que segundo *O Povo*, desprezara as indicações

higiênicas para serem empregadas como meio preventivo contra a ação do cólera morbus, pecando “gravemente e nada há que a possa isentar da indignação de que se acha possuída a população desta cidade”. E questiona:

“Como é pois que se conduzem para um verdadeiro foco de moléstias, aqueles que se acham afetados de um mal, que para a realização de sua cura, torna-se de grande necessidade a salubridade do lugar e pureza do ar? E não quereis que o povo invista contra vós, que tanto os desprezais e dele escarneceis? Pois não temeis a Divina Providência, fulmine sobre vossas cabeças um reino de vingança e ainda ousais ameaçar a esses mesmos que tem todo o direito de queixar-se e pedir para que sejais apeados das posições que ocupais, por ineptos e soberbos? Ainda é tempo de arrepender-vos dos males que tendes causado; uni-vos ao povo não o insulteis; indagai dele o que pretende e reconhecereis que os seus pedidos são justos e a bem da humanidade que sofre porque ele nada mais exige de vós aconselheis com pessoas hábeis e desinteressadas para obrardes com acerto nas medidas que tiverdes que empregar para a extinção do mal que tanto nos flagela” (O Povo. 16 de dezembro de 1855).

Críticas também não faltaram ao Hospital de Caridade “que bem pouca caridade tem mostrado nesta quadra, fechou as portas do seu estabelecimento aos atacados do cólera, e nem ao menos estabeleceu fora uma enfermaria para os marinheiros” a quem era do seu dever tratar, garantir a condução e a sepultura pelo fato de receberem uma contribuição anual para esse fim”. (O Povo. 16 de dezembro de 1855).

O jornal também publicava matérias assinadas por pessoas da comunidade que atacassem a administração local ou orientasse a população sobre meios de defesa frente ao cólera. Foi publicada a carta enviada pelo Provedor de

Saúde do Porto, Dr. José de Pontes França para o presidente da Câmara sr. José Luiz de Mesquita. Na carta o Dr. França traz interessantes informações sobre as precárias condições da cidade. Ele destacou que deveria receber mais atenção os “casebres imundos que a ambição de alguns seiva a sua cobiça, e que a povoação pobre e por necessidade incauta ali absorvem o veneno dos miasmas, que os vão matando lentamente e que na ocasião de alguma epidemia são largamente ceifados”. Conforme o Dr. França, o desaparecimento dessas moradias seria um “serviço feito à humanidade, a moralidade e civilização”. A mentalidade escravista ligada à insensibilidade no trato com os escravos é denunciada na afirmação de que “estas pocilgas são muitas habitações dos infelizes escravos”, os quais esses senhores só lamentam a sua perda, mas progridem no mesmo tratamento que primeiro encetaram e muitas vezes são esses mesmos “senhores vítimas de sua ignorância e desgraçadamente toda a povoação vem sofrer as incúrias de um, a ignorância e cobiça de outros porque as moléstias pestilenciais nivelam tudo com a morte”. Segundo ele, é nessa “época de calamidade que o pobre tem mais direito de exigir do rico os socorros para se manter e os ricos o devem de lhes dar, não por esmola, mas por interesse próprio, porque tanto uns como outros tem de respirar as mesmas emanações e o tributo de uns é igual ao dos outros (a vida) seja qual for a sua hierarquia” (*O Povo*. 22 de dezembro de 1855).

Entre as orientações dadas pelo Provedor de Saúde do Porto, Dr. José de Pontes França para o presidente da Câmara sr. José Luiz de Mesquita, estão à limpeza da cidade que deveria ser prioridade dos governos não consentindo nas ruas, largos, litoral etc, substâncias que possam fermentar, como os animais, vegetais e “excrementícias de todos os animais, as quais substâncias deverão ser conduzidas, em caixões ou carroças fechadas para longe da povoação onde deverão ser enterradas profundamente”.

Desta forma se acabaria com o “abuso de enterrar essas substâncias nos lugares onde se encontram, como tem sido praxe há poucos dias, favorecendo assim a rápida putrefação dessas substâncias (...)”. Para ele, haviam lugares da cidade que estavam sujeitos não só a umidade como também a emanções pútridas devido as substâncias alteráveis que ali se lançavam, “tal é a vala (com o nome de canal) que vai da rua da Boa Vista ao centro do grande banhado que existe daquele lado da cidade”; deveria haver uma “restrita proibição dali deitarem qualquer substância alterável, ainda que sejam águas sujas”. A vala referida é o canal que foi canalizado na atual rua Barroso, a qual “deverá ter sempre de três a quatro palmos de água para não se tornar um grande foco de miasmas e muito mais nas estações seguintes, da primavera e verão; não se podendo conservar com aquela porção d’água a prudência aconselha que seja fechada”. Um dos pontos críticos para a higienização é o matadouro público, o qual “nenhum melhoramento pode ter a não ser completamente demolido e desinfetado o lugar”. Também o litoral da rua da Boa Vista (atual rua Riachuelo) é outro foco de emanções miasmáticas, “desde a rua do Canal até por trás do paço municipal (atual local da Biblioteca Rio-Grandense), não só pelas substâncias que ali deitam como pela putreficação das madeiras de que se compõem as estacadas. O tapamento do lugar chamado dique, por trás da municipalidade é de toda prudência”.

Do ponto mais nevrálgico e que causou manifestações populares é o cemitério que se tornara insuficiente sendo preciso removê-lo para longe mas não sendo possível fazer essa mudança é necessário o maior rigor nos enterramentos, tanto no chão como nas catacumbas: “estas só deverão ser abertas depois de quatro anos as das pessoas adultas e de dois a dos meninos; deitar grande quantidade de cal em proporção do cadáver, nunca menos de três arrobas para os adultos e uma e meia para os pequenos (...)”. As orientações ligadas à limpeza externa seriam completadas

com a higienização do interior das casas. Dr. França indicava uma limpeza interna de todos os repartimentos das casas, pátios, áreas, quintais, utensílios etc, o arejamento por muitas horas ao dia, de todos os lugares, a caiação desses repartimentos e frente, a uma ou duas vezes ao mês e sempre no quarto em que falecer alguém, qualquer que seja a moléstia. Não se deveria consentir animais nos quintais e pátios, principalmente porcos e outros quadrúpedes, as galinhas mesmo deverá haver o maior aceio nos lugares onde estiverem. “Não permitir deitarem águas nos pátios e canos, que deverá estar sempre secos e muito limpos para o esgoto da chuva. Às águas de limpeza serão depositadas em vasos vidrados, metálicos ou de pão, e vasados antes de duas horas para não haver o princípio de fermentação” (*O Povo*. 22 de dezembro de 1855).

A publicação das orientações do Dr. França estão em sintonia com a posição incisiva do jornal em criticar as autoridades locais, utilizando-se da autoridade do saber médico. A parte final da carta é ainda mais direta em associar o avanço da epidemia com o desleixo da Câmara relacionando a peste com a ira de Deus. “Nada fizestes, nada providenciastes e hoje a peste vai devorando uma parte da população! A ira de Deus pesa sobre vós, que iludistes um povo inteiro, que hoje vos despreza!” Dr. França historia que foi nos fins de outubro que alguns casos se deram em Pelotas e que deveriam ter despertado a atenção das autoridades. “Oh vereadores! E no entanto, ficastes para só cuidardes do Rio Grande, de seus habitantes – agora – que mais de 340 vítimas tem levado o cólera – talvez que a maior parte por vossa incúria e incapacidade! (...)” O autor exigia providências da Câmara para mandarem que nas ruas “se façam fogueiras de alcatrão, e nos lugares onde habita a pobreza fazei-as com esse dinheiro que é nosso e não vosso, e de que vos mostrai tão avarentos”. Sugere para que os fiscais mandem “aterrar as ruas, recolher os ciscos, demolir aquelas barracas do mercado – foco nauseabundo de imundícies -,

como bem disse o delegado da comissão de higiene Dr. José de Pontes França” (*O Povo*, 22 de dezembro de 1855).

Foi organizada uma procissão de penitência clamando que o poder divino livrasse os moradores do flagelo. Numa população de cerca de 12.000 pessoas a morte de quase quinhentas e o desenvolvimento da doença por possivelmente mais de um terço da população, a comoção chegou às raias da histeria coletiva.

Lado a lado com a *procissão dos desesperados*, estavam às críticas aos membros da Câmara de Vereadores por não terem comparecido a atividade. O jornal relatou detalhes da estética dos desesperados que tinham familiares doentes ou que já haviam morrido pelo mal: “Um povo aterrado e contrito em procissão de penitência, sábado percorreu as ruas da cidade implorando do Senhor, que dele tenha compaixão. O coração estalava-nos de dor ouvindo as preces de uma mãe aflita. Tremíamos ouvindo o brado de compunção da escravatura aterrada ao último ponto”. A penitência que impuseram algumas senhoras causou revolta pois mulheres acompanhavam a procissão de pés descalços e algumas amparavam sobre a cabeça o pesado andor de Nossa Senhora, “arrancaram-nos lágrimas de compaixão, e de íntimo do peito bradamos contra os causadores de nossa aflição. Inocentes meninos calçando por penitência a fria areia como os delicados pés nus, não conhecendo o perigo expuseram-se a ser infectados do flagelo. Quando uma população inteira procura os recursos da fé e nela só confia é que o coração humano sangra em lenta agonia”. Segundo o articulista, “a ira de Deus pesa sobre nós e com o arrependimento e constrição queremos abrandá-la”. O clima de comoção e desespero é detalhado nas imagens de uma mãe que tendo em seus braços “seu filhinho correndo-lhe lágrimas pelas faces, caídos os cabelos e descalços os pés, soluçava orando; e sua oração era triste e fervorosa que devia ser ouvida do Onipotente”. A tragédia familiar também foi representada por uma esposa cheia de “desesperação e

quase sem acordo arrancava orando o seu cabelo e penitente implorava pelo esposo e por si. Uma velha carregada de anos, arrimada ao seu bastão, a custo movia os mal seguros passos e rodeada de seus filhos suplica ao céu movia os lastimosos olhos". Era um "quadro triste e majestoso! O orgulho humano abatido recorria ao seu último arrimo - a fé! A pobreza, a escravatura, a mocidade e a velhice, sem distinção, na simplicidade de seus corações, orava com fervor ao Onipotente. Em todos os semblantes impressos de melancolia via-se pintada a desesperação, a mágoa de um povo inteiro. O prazer, o riso, de todos tinha fugido, dando lugar a negro e profundo desespero" (*O Povo*. 22 de dezembro de 1855).

A epidemia de cólera teria como epicentro o cemitério do BomFim daí a insistência no tema: "O que exigia o povo? O cemitério dentro da cidade, cheio de cadáveres, quando uma epidemia devastadora flagela a população; - os miasmas de cólera que se desprendem de suas covas, infeccionando a atmosfera que alimenta a vida" (*O Povo*. 29 de dezembro de 1855). A pressão da imprensa local e as manifestações populares levaram ao abandono do cemitério do BomFim e o início dos enterramentos no cemitério extramuros, além das trincheiras, afastando os mortos dos vivos num processo inexorável em nível de mentalidades. A morte reproduzia a morte e sua presença é lançada para o cemitério que garantia uma distância segura para os moradores que estavam dentro dos muros da cidade antiga.

Algumas vitórias do jornalismo opinativo e de crítica ao gerenciamento político local foram conseguidas, em sintonia com a habilidade em aproveitar uma situação de crise para catalisar a posição popular no sentido de mudanças na ordem pública permeada por mazelas e interesses pessoais. O cólera foi embora no mês de janeiro de 1856, mas outros problemas perpetuaram-se. Uma vitória em meio a tantas derrotas.

Na edição de 29 de novembro de 1856 os editores se

mostram cansados: “Continue o povo a eleger certos homens para cuidarem de seus interesses e um dia chorará lágrimas amargas’. (...) O município do Rio Grande, “o que não tem tido são homens de inteligência clara na municipalidade, e que a ela ajunte vontade enérgica de bem servir”. (...) E por “ora nada mais diremos, porque nos achamos cansados” (*O Povo*. 29 de novembro de 1856).

O POVO.

Subscrição-se na rua do Corpo da Guarda n. 15, ou n'esta typographia, a 6:000 rs. por semestre e 10:000 rs. por anno, pago adiantado. Sobrevê á luz uma, ou mais vezes por semana. Aceita-se todo o escripto a bem da humanidade sem contribuição, uma vez que venha com as formalidades prescriptas na lei.

Anno I.

Sabado 19 de janeiro de 1856.

N.º 6.

A PEDIDO.

Chronica-morbus.

XV.

Treme a mão... vacilla a cabeça sobre os hombros, e um pelago de idéas se confunde e turbilha em nossa mente.

O susto, — o terror panico paralysa o pensamento, e a imaginação. Quasi muribunda de medo, — a *Chronica*, mal pôde cumprir sua missão.

Ameaçado o seu escriptor de *desterro*, e de perder o *emprego*, ella se perde n'um *mare magnum* de conjecturas.

Ante si, melonho quadro se desenha! De um lado, vê os torridos desertos da Africa, e o arido rochedo de Fernando de Noronha.

Do outro, tremula divisa os campos immensos e inhospitos de Matto-Grosso, e margens pestíferas e remotas do Rio-Negro e Orenoque.

A vontade dos Srs. Flores, e Mesquita assim o quer, e em breve será cumprida.

Oppoz a *Chronica* uma apreciação justa do proceder da camara; — apreciação baseada em factos incontestaveis, porém, em seus caprichos, injusta e iniqua para aquellos dous senhores.

Arançou a *Chronica* o ourapel com que se cobriam esses que se intitulam senhores do Rio Grande, — e que se não conhecem.

Mostrou a incapacidade de um e do outro como vereadores; provou a incuria... a negligencia... o rachytismo de alguns mandatarios do povo, que menoscaram a missão que lhes fôra confiada zombando de suas afflicções.

E como? teri a *Chronica* errado, — peccado —, combatendo estes homens sem nenhuma capacidade civil, cheios de orgulho e egoismo, em que a ninguém cedem a palma?

XVI.

Pela presidencia foi ordenado a delegacia de policia d'esta cidade, que — procedesse a syndicar da reunião do povo no dia 11 do mez passado, á vista das queixas da meritissima, quea todo o transe quer uma satisfação.

Ao mesmo tempo officiou a presidencia á camara, participando-lhe que depois de informada pela delegacia de policia, então resolverá o que fôr de justiça.

Nada mais justo? o chefe do governo provincial assim devia proceder; mas já este procedimento adrede e' desfigurado pelos senhores da actualidade.

Segundo nos disseram, estes senhores espalharam o boato de que a presidencia mandára processar a todos os que fizeram o *movimento popular*, e que *desacatarem* a esse corpo rachytico, que se chama *camara municipal* do Rio Grande.

Rachytico, porque a presidencia se acha na pessoa do ex-delegado de policia Sr. Jose Luiz de Mesquita, que esteve impassivel na rua da Boa-Vista com o povo armado, que insultou e esbofetou um subdito americano; e que se não foi assassinado, o deve aos Srs. Porfirio Ferreira Nunes, e João da Costa Pinto, e não á autoridade policial, que estava prompta a invadir o navio americano, e a calcar a justiça e a lei. Rachytico, porque se assenta no honroso posto de camarista o Sr. Francisco da Silva Flores, homem inteiramente alheio ás necessidades materiais de uma cidade, e sem o minimo conhecimento que o habilite para tomar assento entre os Eufrasios, Ribeiros, Feijós, Gomes, e Bastos. Rachytico, porque estes homens cheios de orgulho de suas pessoas, gritam e clamam nas sessões quando seus collegas apresentam qualquer medida de utilidade á cidade e municipio.

E os outros camaristas, surdos pelos gritos, e horrida vozeria dos dous man-

does abandonam-lhes o campo da discussão, e o povo que nada sabe do que se passa na camara, os faz solidarios, injustamente, dos erros dos Srs. Flores e Mesquita.

Di pena e lastima — ver ao lado de homens de boa ventação, e que curam do povo — duas personagens como os Srs. Flores e Mesquita.

Estes dous *tutús*, contam-nos, que também espalharam de proposito, o boato de que apenas receberam o officio da presidencia, lhe officiarão *pedido* que não mandasse processar a ninguém; porém que se contentavam que fossem demittidos de seus empregos todos os que dependiam do governo.

E' impossivel dar-se ao mesmo tempo, tanta sandice, e desdóco!

Mas vindo d'esses dous *bisairós*, tudo se pôde acreditar.

XVII.

E mais conta-se que os dous amigos — aristocratas — á pressa, tem já por varias vezes ameaçado os Srs. escriptores do *Povo* — com o redactor do *Caripé*.

Que nullidades! — não sabendo defender-se com o raciocinio, já querem metter medo com alheia intelligencia.

Deos ajude aos Srs. Mesquita e Flores; e o diabo, se pôde, lhes deve vender um pouco de criterio.

Pois entra-lhes na cabeça (talvez a martello) que o Sr. Moura deixará a sua typographia, seu bem estar, para vir auxilia-los contra os defensores da humanidade —, contra homens que querem justiça e humanidade?

Sois mais cegos de espirito, do que o são da vista os que uma vez a perderam.

XVIII.

A presidencia quer syndicar do occorrido na tarde do dia 11; — eis que a inisericórdia d'estes senhores já os faz crer

Jornal O Povo do dia 19 de janeiro de 1856.

Subsídios para a biografia de um caricaturista sul-rio-grandense

Francisco das Neves Alves^{*}

Na conjuntura da imprensa caricata sul-rio-grandense, um dos atores sociais que mais se destacou foi Thadio Alves de Amorim, com participação decisiva nas diversas experiências de jornalismo caricato praticadas na cidade do Rio Grande. Ele atuou como colaborador do *Amolador*, o precursor nas lides caricaturais da comuna portuária e depois serviu como funcionário no *Diabrete* e no *Maruí*, até tornar-se proprietário, diretor e desenhista deste periódico. Além de outras experiências de menor expressão, o ápice de sua carreira se daria no *Bisturi*, um dos mais relevantes semanários de seu gênero no contexto gaúcho.

Thadio Alves de Amorim nasceu na cidade do Rio Grande, a 18 de agosto de 1856 e faleceu na mesma localidade a 17 de junho de 1920. Os poucos registros biográficos a seu respeito o definem como jornalista, desenhista, chargista e *calunguista*, autor de trabalhos em *crayon gras* e nanquim, que atuou nas diversas experiências ligadas à imprensa caricata

^{*} Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017) e à PUCRS (2018). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de cento e trinta livros.

na sua cidade natal. Praticamente não há qualquer dado sobre a sua formação educacional ou profissional, restando a informação de que ele dedicou boa parte de sua existência ao trabalho nas oficinas dos periódicos caricatos, fosse na própria edição dos jornais, fosse na prestação de serviços de impressão em geral.

Primeiro como funcionário, depois como proprietário de oficina litográfica e tipográfica, Thadio obteve o seu sustento e o de sua família, vindo a compor o rol dos principais jornalistas rio-grandinos. Progressivamente, desenvolveu um estilo próprio com o qual distinguia seus desenhos em relação aos de seus colegas de profissão. Bebeu nas fontes da caricatura do Rio de Janeiro, notadamente a partir dos periódicos ilustrados de Ângelo Agostini. Com breves rabiscos atirados ao papel ou detalhadíssimas reproduções, Amorim trouxe ao público rio-grandino um retrato caricatural da sociedade de então, tanto no contexto local, quanto no regional, nacional e internacional.

O caricaturista parecia não contestar-se com a estagnação e sua arte esteve em constante mutação. Ele foi um inconformado com a sociedade na qual vivia, de modo que seu temperamento combativo e seu espírito de contestação estiveram bem a contento com o caráter crítico-opinativo predominante no jornalismo de cunho caricato. Lutou enquanto pode e pagou pesado preço por sua postura, com a vigilância próxima, a perseguição e a prisão. Mesmo assim não desistiu e perseverou por quase meio século de uma ação contumaz em prol de sua arte, avultando sua proeminência nos quatros da caricatura sul-rio-grandense e brasileira (elaborado a partir de ALVES, 2016, p. 10-11 e 100). Diante da escassez de dados biográficos acerca de Thadio Alves de Amorim, este trabalho busca apresentar alguns subsídios nessa direção, com a apresentação da obra de Athos Damasceno Ferreira acerca da imprensa caricata sul-rio-grandense e a transcrição dos informes a respeito do caricaturista rio-grandino.



- autorretrato de Thadío Alves do Amorim
publicado no *Bisturi*, 31 mar. 1889 -

Athos Damasceno Ferreira (1901-1975) foi um ativo integrante da intelectualidade sul-rio-grandense, mormente no período entre as décadas de quarenta e sessenta. Sua produção intelectual foi vasta, elaborando, entre poesias, crônicas, romances e ensaios históricos, textos que compuseram aproximadamente vinte e cinco livros, além de diversos artigos, trechos de livros e traduções. Suas obras de cunho histórico estiveram marcadas pelo contexto político no qual foram escritas, notadamente pelo autoritarismo da ditadura estado-novista e seus reflexos durante a transição democrático-populista, até a volta do estado autoritário com os governos militares do pós-1964.

Assim, em suas obras, permaneciam evidenciadas as influências do “controle” do Estado, seja pela regulamentação e fiscalização das manifestações culturais,

seja pela formulação de um aparelho ideológico-cultural próprio. Damasceno teve por referencial para pesquisar/historiar um ponto no espaço – o Rio Grande do Sul –, um outro no tempo – o século XIX – e um objeto – diversas das manifestações culturais (imprensa crítico-caricata e literária, teatros, palcos, salões, picadeiros, indumentária, sociedades literárias, carnaval, artes plásticas, fotografia, gabinetes de leitura e bibliotecas), ocorridas naquele espaço/tempo.

A imprensa caricata do Rio Grande do Sul, no século XIX, constituiu um dos componentes da produção histórico-intelectual de Athos Damasceno Ferreira, através da publicação de *Imprensa Caricata no Rio Grande do Sul no Século XIX*, editada em 1962. Em tal livro, o autor buscou completar a abordagem de uma obra anterior – *Jornais Críticos e Humorísticos de Porto Alegre no Século XIX* (1944), que versava unicamente sobre tal gênero jornalístico que circulou na capital – juntando àquele conteúdo outros escritos elaborados em diversos artigos independentes, intentando abranger todo o contexto provincial/estadual, historiando doze jornais de Porto Alegre, cinco da cidade do Rio Grande e dois da de Pelotas.

Os periódicos destacados por Athos Damasceno foram apresentados como unidades autônomas e isoladas entre si, sendo estudados de forma particularizada. Até mesmo um dos elementos básicos do seu objeto de estudo – a caricatura – não era “contextualizada” no todo do trabalho, fazendo questão de explicar, ainda na capa do livro, que o mesmo possuía “quarenta e duas ilustrações fora do texto”, de modo que as mesmas apareciam apenas como ilustração ou complementação visual, sem referências ou conexões diretas com o texto escrito.

Athos Damasceno não chegou a estabelecer uma análise do conteúdo intrínseco dos jornais nas suas relações com a realidade na qual se desenvolveram, embora chegasse a reconhecer, apenas em parte e com ressalvas, estas relações, como ao afirmar: “Talvez não seja exagero observar que

a esta altura o periódico era, até certo ponto, o reflexo da opinião e dos sentimentos da maioria e quase a tradução literal, digamos assim, do meio onde circulava” (FERREIRA, 1962, p. 119). Os jornalistas ou responsáveis pelos jornais não eram encarados por Damasceno como atores sociais ou políticos, ficando desvinculados de seu meio, e, em geral, eram descritos por seus hábitos ou aparências.

O autor só abordou uma forma de inter-relação entre os periódicos que estudou, tratando das querelas ocasionais entre uns e outros, pois lhe parecia “oportuno e útil o registro” desses conflitos, considerados como um “bate-boca”, para reforçar o que afirmava “a respeito da conduta, em geral desabrida, dos jornais rio-grandenses do século XIX” (FERREIRA, 1962, p. 77). Mesmo assim, esses confrontos não eram encarados como políticos ou sociais, mas apenas como desavenças de cunho pessoal. Outro aspecto fundamental na obra de Athos Damasceno sobre a imprensa caricata foi uma omissão praticamente completa dos eventos relacionados com a política.

Apesar de propor-se a trabalhar a imprensa “crítica”, era Damasceno quem criticava os jornais, quando os mesmos adotavam tal conduta, acusando-os de um certo “sensacionalismo”, alegando que os periódicos transformavam “fatos que não eram fatos, senão simples *fatinhos*” e que, segundo o autor, “cresciam desmesuradamente aos olhos dos bisbilhoteiros” (FERREIRA, 1962, p. 179). Nessa perspectiva, nos escritos do autor, as condutas políticas dos jornais praticamente não aparecem e, nas poucas vezes em que há referência aos fenômenos políticos, isso se dá de maneira velada, de modo que a política aparece isolada, descontextualizada e relegada a um plano inferior.

Esse modelo de relação sujeito/objeto, predominando o “silêncio político”, revela as próprias convicções e o contexto político no qual o autor estava inserido. Muitos de seus escritos corresponderam a épocas de predomínio de

modelos autoritários, mas, no caso da obra sobre a imprensa caricata, o vínculo com o Estado se manifestava de outro modo, tendo em vista as condições empregatícias do autor, funcionário público de carreira e os próprios patrocínios/apoios de cunho estatal. É o próprio escritor quem explicita isso, em seus agradecimentos voltados a um segmento ligado ao setor de educação e cultura estadual, que “prestigiou e auspicou o lançamento” da obra (FERREIRA, 1962, p. 223).

A partir dessas vinculações com o Estado e tendo em vista os históricos conflitos partidários que caracterizaram a formação republicana rio-grandense, e as heranças que os mesmos deixaram, as quais perduraram por longo tempo, marcando a vida política do Rio Grande do Sul, Damasceno optou pela omissão na abordagem das posturas político-partidárias dos periódicos. Ele atuava de acordo com alguns dos elementos inerentes à linha historiográfica na qual se incluiu a sua obra, ou seja, a busca de neutralidade, isenção e imparcialidade. Esses aspectos não eram, porém, completamente obtidos, uma vez que o próprio silenciamento do autor traz consigo certa carga de suas convicções e/ou parcialidades.

O “silêncio político” de Damasceno pode ser exemplificado, entre outras referências, na forma pela qual o autor abordou o *Bisturi*, um dos mais importantes e críticos jornais caricatos rio-grandinos. Ele estabelecia severo julgamento aos “excessos” do redator do periódico da comuna portuária, acusando-o de “nem sempre se conservar de sangue frio em suas contendas, deixando-se envolver em acaloradas trocas de insultos, que eram um desprimor” e que, “nas páginas destinadas às charges, dava vazão a todas as suas idiossincrasias, descendo ao dito picaresco e à chula graçola, sem o menor resquício de pudor” (FERREIRA, 1962, p. 192).

Nesse sentido, uma das poucas asseverações de Damasceno sobre a postura política de um jornal, foi no sentido de criticar o que considerava o exagero da mesma.

Atacou também o *Bisturi* devido às suas posições diante do processo de afirmação da forma de governo republicana: “ao tempo da coroa propendia para o barrete frígio”, uma vez “instaurado o novo regime, recebe-o de braços abertos”, mas “transcorridos alguns meses do advento republicano, fecha a cara para a situação criada, de cujo ventre vê nascer uma geração de pulhas incapazes de dar ao Estado a fecunda forma de governo que todos esperavam”, de modo que, o redator daquela folha “transfere os badulaques para o setor dos ‘descontentes’, colocando suas armas a serviço de Gaspar da Silveira Martins”. Segundo Athos, ele “teria feito precisamente o contrário, isto é, teria oferecido seus préstimos ao presidencialista Castilhos, se este, e não o fegoso timoneiro do extinto Partido Liberal, se encontrasse na oposição” (FERREIRA, 1962, p. 190-191).

Nesse caso, Ferreira criticava o jornal por mudar de posição diante da República, na verdade, o estudo do periódico como um todo e de suas relações com a conjuntura partidária do momento, permite afirmar que o semanário manteve uma coerência histórica com a postura liberal-gasparista, demarcada desde a sua criação. Assim, essa maneira diferenciada ao encarar a nova forma de governo não se prendeu ao estilo da crítica pela crítica, ou de oposição permanente à ordem estabelecida, como Damasceno tentou deixar transparecer, e sim ao fato que o hebdomadário passou a entrar em desacordo com as estratégias adotadas para promover a consolidação republicana, especialmente no que se refere às medidas autoritárias, as quais causavam verdadeira aversão à folha semanal rio-grandina, transformando-se ela em um dos poucos periódicos a tratar o governo castilhista de forma abertamente oposicionista e mantendo uma resistência ao regime estabelecido. Outro juízo de valor bem demarcado a partir das convicções e influências do autor foi o de considerar a prisão do proprietário do *Bisturi* com algo natural, a partir da postura de contestação política inerente ao mesmo, sem apontar a

política coercitiva governamental então reinante.

Dessa maneira, segundo o “silenciar” de Damasceno, esses fatores ligados às convicções e práticas político-partidárias dos seus objetos de estudo eram de menor importância, considerando-os uma excrescência, ou ainda, nas poucas vezes em que a esse tipo de conteúdo fez referência, categorizou-os como exagerados e impróprios. Nessa linha, as manifestações de cunho partidário e/ou político dos jornais caricatos eram deixadas de lado, prática advinda da convicção do autor em não se envolver nas disputas ideológico-partidárias tão candentes na história brasileira e sul-rio-grandense.

Nesse sentido, Damasceno prestigiava, em sua narração, os indivíduos (proprietários, diretores, funcionários e colaboradores), bem como os elementos formais (formatos, número de páginas, tipografias e preços) e editoriais (programas e apresentações) dos periódicos, e até os conflitos entre as diferentes folhas. Desse modo, ficavam em um plano bem inferior a abordagem das posturas político-partidárias e do contexto histórico dos jornais. Sem dúvidas que os aspectos levantados pelo escritor têm relevância e realmente deveriam ser destacados, no entanto, em sua abordagem, os fatores conjunturais acabam por ficar extremamente menoscabados em relação aos demais. Assim, foi o próprio autor quem definiu a si mesmo como “o noticiário - simples almoxarife da história -”, que cumpria “sua missão, recolhendo, ordenando e distribuindo o precioso material”, que comporia “o fenômeno cultural da província, no curso do século do fraque, da prestidigitação e da tosse” (FERREIRA, 1962, p. 221).

De acordo com as perspectivas, os alcances e limites e as características de suas abordagens, a obra de Athos Damasceno Ferreira a respeito da imprensa caricata do século XIX, também contribuiu para a reconstrução histórica do jornalismo rio-grandense (adaptação a partir de ALVES, 2006, p. 117-119 e 127-139). O enfoque predominante de

seus escritos e a pertinácia na execução da coleta de dados traduzem uma contribuição, mormente no que tange aos tópicos de natureza informativa. Em um contexto de precariedade quanto às informações na edificação da historiografia da imprensa gaúcha, os dados lançados por Damasceno ganham relevância. Além disso, sua preferência por abordar informes acerca dos articuladores dos jornais caricatos constitui um ponto essencial na obtenção dos tão escassos subsídios acerca de Thadio Alves do Amorim. Filtrados ou estudados à luz da ciência histórica os tantos juízos de valor estabelecidos por Ferreira, sua obra torna-se verdadeiro referencial para o estudo de uma possível biografia daquele que foi um dos mais importantes caricaturistas rio-grandenses-do-sul, como se pode observar nos excertos a seguir (FERREIRA, 1962, p. 153, 159, 165-166 e 177-195).

Periódicos de gênero caricato, como os que no século passado se publicaram e gozaram de larga popularidade na capital da província, haveriam também de circular com igual aceitação na cidade do Rio Grande. E os que ali surgiram, no último quartel da centúria, não fariam papel secundário, tanto do ponto de vista crítico, como do literário e artístico, ao lado dos semanários humorísticos e ilustrados que em Porto Alegre os precederam ou lhes foram contemporâneos.

No rol dessas folhas, quatro se salientaram: – *O Amolador*, *O Diabrete*, o *Maruí* e o *Bisturi*. E nas seções de charges das três últimas, destacando-se dos demais colegas, ganharia nome o cáustico calunguista Thadio Alves de Amorim, nascido naquela cidade a 18 de agosto de 1856 e ali falecido a 17 de junho de 1920.

(...)

É verdade que nos derradeiros números de *O Amolador* podem ser identificados mais dois nomes – o do litógrafo-

fo Henrique Gonzales, que mais tarde fundará e dirigirá o *Maruí*, e o do ainda principiante calunguista Thadio Alves de Amorim, cujo lápis somente por volta de 1880 adquiriria estilo próprio e acabaria fazendo rumor na cidade. Mas esses dois pinta-monos ali não passavam então de simples colaboradores, ocasionais e intermitentes, e, a rigor, não podiam ser considerados ilustradores do periódico.

(...)

(...) Mas em 1879, e por motivos que adiante serão conhecidos, assume sozinho [no *Diabrete*] o encargo o jovem Thadio Alves de Amorim, irmão de Constantino e que, aliás, como o próprio Gonzales, já em 1875 havia dado colaboração a *O Amolador*, se bem que esporadicamente.

Se Gonzales e seu parceiro souberam de modo jeitoso concertar seus traços com as piadas de Campos Júnior *et caterva*, Thadio logo entrou a combinar muito bem com os intuitos da redação da folha, bailando à perfeição. Mais ágil no lápis do que seus antecessores, cujos riscos às vezes denotavam certo embaraço, frequentava com mais firmeza o campo da caricatura, imprimindo a suas charges um sabor mais ácido e quente – virtude que faltava aos outros. Ao passo que Gonzales e Constantino esquematizavam demais seus desenhos, tornando-os descarnados e duros, Thadio nos oferecia os seus mais cheios e acabados, o que lhes infundia maior vigor e densidade. Às vezes, essa preocupação de acabamento e remate lhe comprometia e prejudicava a leveza própria do traço caricatural. Mesmo assim, porém, era-lhe indisfarçável a veia cômica, em geral escassa nas composições dos colegas.

Com esses dotes, Thadio confortou seu nome e bastante contribuiu para alentar mais ainda a popularidade de *O Diabrete*. No registro dos eventos políticos de mais relevância, como nas instantâneas anotações dos fatos corriqueiros da vida local, Thadio frequentemente conseguia efeitos felizes, valorizando os ditos picantes e quase sempre reles da lavra dos redatores do periódico e também de sua... autoria.

(...)

Nesse regime de panos tépidos, Gonzales se conservou até 14 de agosto de 1880, data em que transfere sua folha [o *Maruí*] a Thadio de Amorim (...).

Trocando de dono, o *Maruí* não sofreu de início nenhuma transformação sensível em sua economia. Verificaram-se, é certo, algumas alterações na empresa, como por exemplo, a mudança das oficinas da Rua Pedro II, n. 53B, para a dos Príncipes n. 97, a modificação do cabeçalho da folha, que passou naturalmente a atender ao gosto de Thadio de Amorim, e, afinal, a admissão de novos colaboradores para o setor literário. Em seus aspectos fundamentais, porém, como se disse, continuou a ser o mesmo semanário que obedecia à orientação de Henrique Gonzales (...).

Em outubro, porém, Thadio resolve reagir contra aquele estado de coisas, aliás em nada condizente com seu temperamento irrequieto. E o *Maruí* entra em nova fase, então, sim, perfeitamente dentro dos moldes que já eram familiares ao diretor recente, cujo proveitoso aprendizado em *O Diabrete* havia disposto e encaminhado para um gênero de imprensa de que não mais se afastaria dali por diante.

De fato, às inocentes colunas do periódico, em geral alimentadas à base das piadas leves e da literatura sedativa dos versos de amor, sucedem pouco a pouco contundentes artigos de crítica política e social a que dão relevo, na obra litográfica, os mordazes desenhos que os completam.

Na esfera administrativa do semanário, também Thadio intervém com bastante espírito prático, imprimindo-lhe impulso significativo. A fim de apoiar-se em recursos mais consistentes e alicerces mais sólidos, dá sociedade na empresa a seu irmão Constantino Alves de Amorim e não só procura afanosamente aumentar a venda avulsa e ampliar o quadro de assinaturas, como lança mão do anúncio – fonte de renda de que em geral os periódicos de crítica não se socorriam e sem a qual nenhuma organização jornalística, por mais afreguesada que seja, pode manter-se.

Tais anúncios tinham uma particularidade – eram ilustrados. E, conquanto não se conheça hoje sua tabela de preços, é de se presumir não fossem baratos, contribuindo ponderavelmente para o engorde e fortalecimento da receita do jornal.

Essa circunstância assegurava a Thadio maior desembaraço nos movimentos, de vez que, escorado nas reservas e disponibilidades de uma gerência bem nutrida, podia aventurar-se em campanhas perigosas – coisa que, sem independência financeira, embora relativa, jamais lhe passaria de esQUIVA e inviável pretensão.

Armado, portanto, de bons meios materiais, fácil lhe seria abrir baterias contra o que, naquele tempo, tanto o *Maruí* quanto seus colegas, costumavam chamar enfaticamente de *vícios sociais* e para cuja erradicação se propunham aviar a panaceia heroica e decisiva.

Efetivamente, e com esse desiderato moralizador, foi o que ele fez: editoriais puxados à substância, candentes artigos de meio palmo, ligeiras, mas esbraseadas pílulas e, sobretudo, esfuziantes charges, começam então a ferir assuntos dos mais variados matizes. As disputas políticas adquirem vulto no semanário. E ainda os problemas administrativos e as questões religiosas e também os problemas de educação e mais os de literatura e de arte, e afinal, os fatos ligados à moralidade pública – fatos que não eram fatos, senão simples *fatinhos*, mas que cresciam desmesuradamente aos olhos dos bisbilhoteiros e eram trazidos à baila como vergonhosas culpas sem remissão possível.

Thadio estava convencido (estaria mesmo?...) de sua missão salvadora e enchia a boca com palavras, como *tartufos*, *impudicos*, *sevandijas*, *traidores*, *biltres*, etc. e volta e meia baixava o montante pesado sobre a cabeça dos *catões de encomenda*, sem se dar conta de que também ele talvez não fosse mais do que um desses suspeitos moralistas, que pisam na cauda alheia, esquecidos das compridas abas de seu próprio fraque...

Nessas ocasiões, o pasquineiro mostrava a calva e suas ameaças davam muito que falar (...) [e] acaba incompatibilizando-se com toda a imprensa local. (...).

Mesmo quando se tem ou supõe ter a consciência do dever cumprido, não é fácil lutar, zurrado por todos os lados. Thadio de Amorim fora sitiado. E dentro do círculo de ferro, que cada vez se apertava mais, entrou a mover-se com dificuldade. Embora promettesse, em uma de suas últimas charges, que iria *apurar a ponta do lápis para mostrar que a vocação de seus colegas não era aquela...* – promessa que, diga-se com imparcialidade, foi paga e bem paga, seus viveres começaram a esgotar-se. E em seus domínios, onde tudo mermava, já se sentia cheiro de defunto...

Aliás, esse cheiro já alcançara, não havia muito, o nariz de seu irmão Constantino que, dando com os móveis fora dos respectivos lugares, tratara de procurar outro meio de vida, dissolvendo sua sociedade com Thadio, a quem em fevereiro transfere todo o ativo e passivo da empresa (...).

Apesar de se ver sozinho e, mais ainda, manietado de toda espécie de obstáculos e contratempos (queda da venda avulsa da folha, devoluções de assinaturas, desarranjos nas oficinas, etc.) encara com ânimo a situação, mantendo-se em campo até meados de maio de 1882.

Poderia ter sido adiante, se quisesse, mas resolveu suspender aí a circulação do *Maruí*, até segunda ordem, isto é, até que se desanuviassem os horizontes...

Após quase dois anos e meio de atuação, *na intransigente defesa da moralidade pública*, o temido semanário que durante a maior parte desse tempo tiveram em Thadio de Amorim o timoneiro incansável, ia fazer companhia a *O Diabrete*, ao pé do qual certamente haveria de ficar à vontade...

Ao ensejo do balanço levado a efeito na tipografia e litografia da Rua dos Príncipes, não se sabe bem o que foi apurado em seu *passivo*... Dizia-se, entretanto, que a parcela de ódios era grande...

A memória dos homens é curta e não menos curta foi a ausência de Thadio de Amorim dos prelos jornalísticos.

Decorridos dois anos da data que assinala o desaparecimento do *Maruí*, já os horizontes estão limpos das carregadas nuvens que o toldavam e o lépido satirista rio-grandino, aproveitando a ensolarada oportunidade, regressa a seu posto e põe na rua novo periódico, a que dá o título de *A Semana Ilustrada*.

(...) esse semanário de Thadio de Amorim apresentava as mesmas características dos precedentes. E que sua duração não foi longa, pois, será o próprio Thadio que virá a confessar mais tarde, procurando justificar a efêmera existência da folha que, “surpreendido no lado contrário, se vira forçado a um retiro inevitável e à suspensão da publicação do periódico que, ‘apesar de sua curta existência’, tivera tão lisonjeiro acolhimento, pela orientação que soubera imprimir-lhe, tanto no setor ilustrado quanto no literário”.

Entretanto, se acerca de *A Semana Ilustrada* apenas isso se pode adiantar, o mesmo não ocorrerá a respeito do *Bisturi* – sem dúvida a obra jornalística mais importante e também a de vida mais extensa do caricaturista gaúcho.

É que deste último periódico, surgido a 1º de abril de 1888 e que, com interrupções frequentes em sua carreira, algumas bastante prolongadas, circulará até quase o fim da vintena inicial deste século, existe na Biblioteca Rio-Grandense, da cidade do Rio Grande preciosa coleção, através de cujos volumes é possível um satisfatório levantamento do que ele foi e fez durante a sua acidentada atuação.

Fica-se sabendo, por exemplo, que o novo semanário de Thadio de Amorim era uma reprodução das folhas que o precederam – o mesmo formato, o mesmo número de páginas de texto e de ilustrações e o mesmo... gosto. Fica-se sabendo que, a princípio, teve instadas suas oficinas, aliás próprias, à Rua Andrade Neves n. 26, mudando-se mais tarde para a Rua dos Príncipes n. 48, e que seu preço, que era de 500 réis por avulso, passaria a ser de 1\$000 por mês, a fim de que o

simpático pasquim – rico de caricaturas, alegorias, desenhos de atualidade, poesias, artigos cômicos, sátiras e críticas políticas, bem como retratos de personagens célebres – estivesse ao alcance de todas as pessoas. E, conquanto não se acredite, fica-se sabendo que assinar o *Bisturi* era uma necessidade e o primeiro dever de um cidadão que se respeitasse e o mais gracioso ato de um bom papai de família...

Se no periódico (patenteia-se imediatamente no trecho grifado) não havia muito espírito, em seu diretor sobrava pretensão.

Apoiando-se em longos anos de tirocínio e a despeito de alguns rasgos de modéstia, Thadio a essa altura já está persuadido de ser um dos tais *missionários* da imprensa, que por aqui abundavam. E não é outra a convicção que nos deixa o artigo com que nos anuncia seu retorno às atividades periodísticas (...).

O chargista Thadio de Amorim, que já agora também se considera jornalista, entra em cena, como se vê, inspirado na *comédia prática dos mútuos deveres da família social*. Mas não abre mão do direito, por ele tido como indeclinável, de corrigir os erros e castigar os vícios da população civilizada da nobre cidade do Rio Grande, em cujo seio... não são raros os desvios deploráveis que a comprometem e envergonham!!! Mesuroso mas severo, di-lo sem rebuscos. E então, dublê de calunguista e escriba, se desenha com a *destra*, há de ser com a *sinistra* que expressará seus sentimentos, constituindo-se desde logo em séria ameaça para o vizindário aflito... (...)

[O *Bisturi*] despertou interesse e firmou-se com entono na cidade, onde, mau grado as prevenções e malquerenças, ganhou expressiva popularidade.

Contribuiu muito, sem dúvida, para esse êxito, até certo ponto inesperado, a situação política em que se encontrava a província e da qual Thadio de Amorim procurou extrair o melhor material para sua folha.

Às vésperas da proclamação da república, embora muita gente ainda tivesse a ingenuidade de supor imaturo o movimento, a atmosfera geral era particularmente favorável ao debate das ideias e à aferição dos valores que se antepunham à monarquia. Thadio tratou de glosar os motes correntes e, conquanto não se lançasse ao assunto de modo ostensivo, ciscou no terreiro com bastante jeito, arrastando para o seu celeiro o punhado dos melhores grãos.

Suas páginas de literatura neutra continuavam a ocupar boa porção do semanário (...). Mas o assunto político sobrelevava os demais e acabaria sendo a nota sempre ferida, quer pelo diretor da folha, quer por seus auxiliares (...).

Alcançada a idade da reflexão, Thadio, de quem dissemos que tinha veleidades e de quem se dirá que alimentava grandes ambições, não mais se contenta com uma simples folha ilustrada, destinada apenas ao gosto fácil de mocinhas desocupadas, à curiosidade miúda dos bisbilhoteiros e à assanhada fome dos papadores de escândalos domésticos. Thadio concebe e põe em prática um projeto de maior envergadura, isto é, põe-se a imprimir ao jornal que dirige a feição das folhas diárias, ao lado das quais se perfila, certo de que com elas ombreia no trato e avaliação das altas questões que afetam e agitam a nação. E com esse propósito, embora não despreze inteiramente a rendosa matéria dos *casos pessoais* e dos mexericos mundanos, que outrora lhe haviam aberto caminho e, então, ainda lhe atraíam ao guichê da gerência algumas mistelas de cifrão alto, enche o peito e se dá ares de político militante, de cuja pena e de cujo lápis também hão de escorrer as adequadas soluções para os intrincados problemas da nacionalidade.

Sabendo-se de informações prestadas por pessoas que ainda o conheceram e com ele privaram e, sobretudo, do abundante material que compõe seus semanários, que Thadio de Amorim era um espírito revel, um caráter sujeito a oscilações constantes, fácil é imaginar a espécie de político que ele foi. O inconformado estaria sempre em desacordo com a ordem – ou a desordem – vigorante e, portanto, em per-

manente atrito não só com aqueles que representavam essa ordem, como ainda com o meio, a que estendia seus ásperos reparos, inspirado mais na irascibilidade do que na razão do crítico.

Ao tempo da coroa, propendia para o barrete frígido. E instaurado o novo regime, recebo-o de braços abertos (...). Transcorridos, porém, alguns meses do advento republicano, fecha a cara para a situação criada, de cujo ventre vê nascer uma geração de pulhas incapazes de dar ao Estado a fecunda forma de governo que todos esperavam!... Em outras palavras: os salvadores já não o eram mais. Chefetes secundários, favorecidos da confusão reinante, estrangulavam as aspirações gerais, pondo a perder a obra de regeneração do país, prometida ao povo nos arroubos da propaganda.

Como lhe parecesse demais dar de rédea e reacampar nos arraiais onde ainda havia quem ensopasse de lágrimas a púrpura bragantina, Thadio transfere os badulaques para o setor dos *descontentes*, colocando suas armas a serviço de Gaspar da Silveira Martins e seus sequazes. Teria feito precisamente o contrário, isto é, teria oferecido seus préstimos ao presidencialista Castilhos, se este, e não o fogoso timoneiro do extinto do partido liberal, se encontrasse na oposição...

Essa atitude que, em seu caso particular, revelava mais imprudência do que independência, lhe custou maus bocados. Em 1890, 91 e 92 cumpre rude itinerário político que procura disfarçar com as tintas da ironia, sem, contudo, conseguir esconder os dissabores que os compromissos lhe acarretavam. E, em julho de 93, acontece o que não poderia deixar de acontecer-lhe – a prisão – e com ela a suspensão da folha, por longo tempo. (...)

É provável que houvesse saído vexado desse vexame de consciência. Mas é provável também que não, pois homens dessa espécie agem sem atender às sábias ordens da cabeça e movem-se invariavelmente fora do círculo das conveniências. (...)

Com esse propósito manteve-se corajosamente à testa do *Bisturi* que, como já se informou, circularia na cidade do Rio Grande até quase o fim da primeira vintena deste século, não, porém, sem sucessivas e prolongadas interrupções em seu acidentado roteiro.

Em 1897, por exemplo, pressionado pela situação política dominante, Thadio suspende temporariamente a publicação da folha. E nesse interregno, associando-se ao jornalista Severo Macedo, dirige a parte artística do semanário *O Rio Grande Ilustrado*, onde seu lápis continua a conduzir-se com satisfatória bravura.

A seguir, porém, reabre as portas de sua casa e faz ressurgir o *Bisturi*.

Na nova etapa, e de início, logra manter-se sofrivelmente. Em pouco tempo, porém, começa a dar mostras de cansaço e, na verdade, já não é mais o ágil caricaturista de outrora.

Além disso, na primeira década deste século, trocando a pedra e o *crayon gras* pelo papel e o nanquim, perde completamente o estilo e não se acomoda de jeito algum às exigências do material recente. Insistirá. Mas sem nenhum resultado apreciável. Seus calungas não têm fibra, movem-se a contragosto e o calor que os animava nas páginas do *Bisturi* – e também nas do *Maruí* e de *O Diabrete* – não mais os aquece.

Seguindo de perto a decadência do desenhista, o escrevinhador das seções literárias do periódico, que não era outro senão ele próprio, acompanha-lhe a apagada atuação, levando às colunas da folha uma prosa descolorida e vulgar, para não dizer... reles.

Semanário ilustrado? Não. Pasquim fracamente garatuado e pobremente escrito, de duvidosa extração e escasso público.

Foi o seu fim.

A presença de fundamentos medievais na imprensa caricata gaúcha do século XIX

Francisco das Neves Alves

A imprensa do século XIX constituía o mais importante meio de difusão de informações e opiniões e, para tanto, teve de lançar mão de uma série de modalidades discursivas de modo a agradar o público leitor. No que tange aos diários, normalmente mais perenes e longevos, representantes da dita imprensa séria, não restava outra alternativa senão a utilização de figuras de linguagem, como mecanismo para ilustrar seus textos, normalmente longos e com razoável nível de profundidade. Como alternativa aos periódicos diários, na maioria das vezes, mais sisudos, paulatinamente se afirmariam folhas cujo norte editorial era cravado no humor, na ironia e na crítica, por vezes mordaz e ferina, por vezes refletida e sistemática. No caso dos jornais caricatos, ao lado dos recursos no campo discursivo, havia uma variada gama de possibilidades de encantamento e convencimento do leitor, graças ao uso da imagem, cuja receptividade era plena, contando com excepcional acolhida.

Ainda que usassem uma linguagem mais clara e direta, buscando chegar ao público em um nível próximo ao das conversas do cotidiano, ao utilizarem-se da imagem, as folhas caricatas podiam fazer uma série de articulações entre símbolos universais e regionais, bem como do passado e do presente, em uma combinação que tinha como

fator limitador apenas a capacidade de entendimento do leitor. Nesse sentido, os caricatos usaram em larga escala elementos advindos de tempos pretéritos àquele em que estavam circulando, mas que, mesmo não sendo coetâneos aos leitores, guardavam sentidos para eles. As referências à Antiguidade Clássica foram sem dúvidas as mais recorrentes nos periódicos caricatos, com forte predominância das divindades greco-romanas, mas o medievo também demarcaria suas heranças junto a essas publicações crítico-humorísticas.

Dessa forma, passado e presente encontravam-se articulados nas páginas dos semanários caricatos, uma vez que o símbolo de uma época pretérita era na maioria das vezes utilizado para explicar questões do presente daquelas folhas. Assim, personagens, estereótipos, imagens e símbolos do medievo tornaram-se recorrentes às páginas dos hebdomadários¹. A proliferação das publicações caricatas foi um fenômeno marcante junto à imprensa brasileira na segunda metade do século XIX (LIMA, 1963), em um processo que se espalhou pelas províncias, atingindo inclusive o Rio Grande do Sul, ao menos em três de suas principais cidades de então (FERREIRA, 1962), quer seja, a sua capital, Porto Alegre, o seu mais importante porto marítimo, Rio Grande, e a localidade fundamental quanto à

1 Além dos aspectos destacados, a visão romantizada dos tempos medievais também se fez presente na imprensa caricata gaúcha, caso da edição do poema intitulado “Na Idade Média”, que dizia: Esvai-se a tarde, e o sol que, longe desce/ Lança um raio de luz, amortecido,/ Sobre o torreão deste castelo erguido,/ Gigante que para as nuvens olha e cresce...// Fundo, o silêncio: o bosque, além aparece/ Um monge, em sombras densas envolvido.../ Mudo, descansa o rio, adormecido!/ Já toda luz ao ar, desaparece...// Do castelo, entretanto, pela ameia,/ Surge a atalaia, cujo olhar vagueia,/ E soa, na usina áspera e dura...// Desce, de pronto a ponte levadiça,/ Um vulto ali perpassa à luz mortíça,/ Numa brilhante e rígida armadura (A VENTAROLA, 2 set. 1888).

produção charqueadora, Pelotas. Nessas cidades, circularam entre outros *A Sentinela do Sul*, *O Fígaro* e *O Século*, em Porto Alegre; *O Diabrete*, *Maruí*, e *Bisturi*, no Rio Grande; e *Cabrion* e *A Ventarola*, em Pelotas (texto ampliado a partir de ALVES, 2007, p. 33-50).

No que se refere às heranças medievais, uma figura bastante utilizada pela imprensa caricata foi a do cavaleiro medieval. No sentido estrito, cavaleiro era todo homem de armas que se submetera aos ritos de uma cerimônia de iniciação específica, ou seja, a sagração de cavaleiro. No entanto, não bastava ter sido ordenado, devendo-se também obedecer a certas regras e, sobretudo, seguir um modo de vida particular. Nesse quadro, a cavalaria constituía, sobretudo, uma maneira de viver, requerendo uma preparação especial, uma sagração solene e atividades que não podiam se confundir com as do homem comum. Além disso seria necessário demarcar uma maneira de viver, pois a cavalaria impunha uma ética nas práticas do cavaleiro, através de um verdadeiro código de cavalaria que se popularizaria ainda mais por meio da literatura (PASTOUREAU, 1989, p. 42-47).

Esse código de conduta dos cavaleiros poderia ser sintetizado através da expressão das suas virtudes, como a valentia, a prudência e, principalmente, a lealdade, já que o cavaleiro era, antes de tudo, um combatente e, como a guerra era uma prática de equipe, ele deveria ser franco, reto e leal, de modo que, em qualquer circunstância, mostrar-se-ia fiel para com todos os homens aos quais estava vinculado, fosse por sangue ou por juramento, uma vez que a cavalaria era uma fraternidade cujos membros se ajudavam entre si (DUBY, 1995, p. 66-67). Os cavaleiros teriam sua ação marcada pela própria gênese social ligada à nobreza, a qual deveria agir militarmente na defesa da Igreja e dos pobres, ou ainda, das duas outras ordens da sociedade (DUBY, 1989, p. 33), fenômeno que serviria para legitimar suas práticas e posições sociais e mascarar o constante intento pela manutenção do *status quo*.

Simbolicamente a formação do cavaleiro transcende a sua preparação do ponto de vista físico, técnico e disciplinar, atingindo um horizonte espiritual. Assim, o cavaleiro é o dominador, o *logos*, o espírito que prevalece sobre a cavalgadura (a matéria), mas isso não é possível senão através de uma longa técnica de aprendizagem. Nessa técnica poderia ser detectado, em seu aspecto histórico, um real esforço pra criar um tipo humano – o cavaleiro – superior a todos os demais, em consequência, a equação do cavaleiro tendia a fortificar seu corpo, mas ao mesmo tempo, paralela e dominante, a educar sua alma e seu espírito, seu sentimento (moral) e seu intelecto (razão), permitindo-lhe um domínio e uma direção adequados do mundo real e uma participação perfeita nas hierarquias do universo (CIRLOT, 1984, p. 144).

Ainda no campo do simbolismo, em referência à figura do cavaleiro como o paladino dos ideais de cavalaria, o cavaleiro andante, apesar de fisicamente extinto há séculos, a sua figura subsiste, não só na literatura ocidental da Idade Média, como em todas as literaturas modernas. Desse modo, a ideia de cavaleiro, mesmo fora do contexto de sua história, é um elemento da cultura universal e um tipo superior da humanidade. Mesmo que tal perspectiva não corresponda às realidades existentes nas instituições, ela exprime, porém, sob a forma de símbolos, certo número de valores. O cavaleiro é o senhor da sua montaria, esta última podendo ser, evidentemente, quer seu cavalo, quer seu próprio eu, ou o serviço ao rei, ou o devotamento à dama eleita, ou ainda o exercício de uma função, ou a liderança de uma guerra. Dessa maneira, tal autoridade de senhor – que tem os meios necessários para o intento desejado – é acompanhada de uma espécie de doação mística a um ser superior, seja Deus, o rei, a pátria, a dama, a tarefa, etc. Assim, o cavaleiro não é um soberano e sim o servidor, ou seja, ele se realiza na ação por uma grande causa, a não ser quando o ideal da cavalaria eventualmente venha a se perverter nas direções do poderio

(os Cavaleiros teutônicos), da riqueza (os Templários) e do irrealismo (Dom Quixote), e, nesse caso, os cavaleiros erigem-se em soberanos, isto é, em defensores de seu próprio território, de seu próprio tesouro, de suas próprias visões, alienando-se a si mesmos (CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991, p. 201-201).

As referências aos cavaleiros medievais junto à imprensa caricata gaúcha prendiam-se a duas tendências principais. De um lado, buscava-se a valorização do indivíduo retratado, dando assim realce aquelas que seriam as virtudes do cavaleiro, de modo a homenagear um personagem ou alguma ação do mesmo. De outro, as menções ao cavaleiro eram uma alusão direta/indireta ao protagonista da obra de Miguel de Cervantes, intentando encontrar no indivíduo abordado o lado errático e atrapalhado de D. Quixote de la Mancha, normalmente visando a ridicularizar o personagem em destaque, usando-se a ironia como mecanismo iconográfico e discursivo. Dessa forma, os cavaleiros na caricatura gaúcha normalmente desfilavam valentes, confiantes e garbosos em suas armaduras, ou, por outro lado vagueavam, atacando moinhos de ventos, ou ainda marchavam de lança em riste, tal qual os cavaleiros perversos da simbologia, em busca da satisfação de seus interesses pessoais.

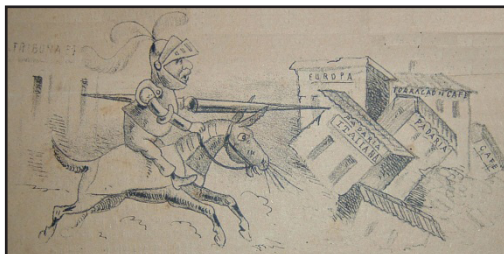
Como exemplos de utilização da imagem do cavaleiro virtuoso, a imprensa caricata gaúcha legitimava os ataques de um jornal a um político, destacando que um “valente colega” redator de uma folha rio-grandense, investido em cavaleiro, levantara sua viseira e derrubara o adversário a golpes de espada (BISTURI, 6 out. 1889).



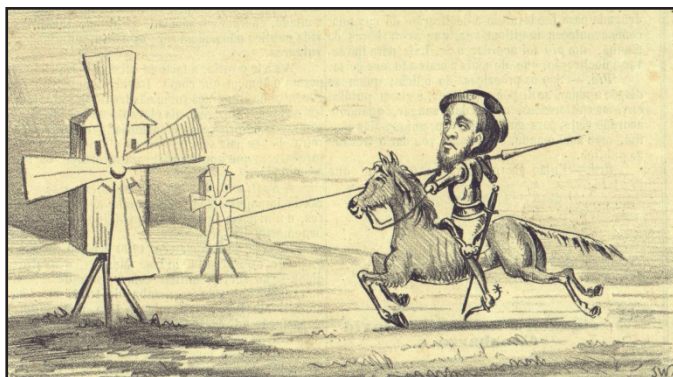
As cidades mercantis do Rio Grande do Sul também foram representadas como altivos cavaleiros atacando as taxaões que as afligiam, sobre a legenda: “As praças do comércio uniram-se e armaram-se e estão resolvidas a formar sítio contra o extravagante imposto em ouro” (BISTURI, 17 maio 1891).

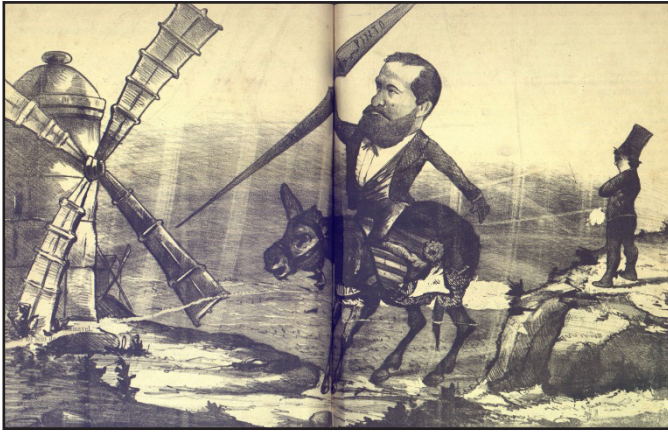


Outro jornalista também apareceria transmutado em cavaleiro que, “valente e criterioso”, assestara suas polidas armas contra certos estabelecimentos nos quais se fabricavam drogas nocivas à saúde (BISTURI, 17 dez. 1893).

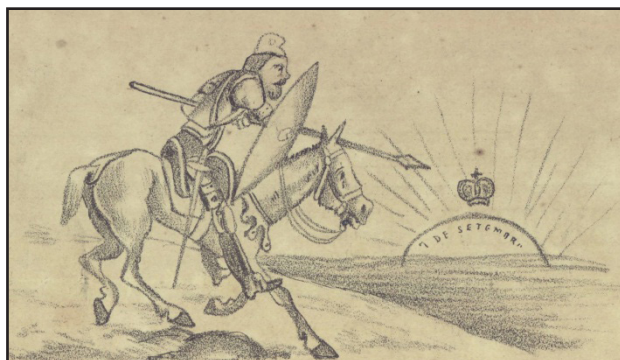


Já quanto à vertente que se utilizava da figura do cavaleiro para ridicularizar o personagem em destaque, foram vários aqueles que atacaram moinhos de vento, caso de um que investia contra os “caudilhos do Rio Grande” (A SENTINELA DO SUL, 22 set. 1867), ou até mesmo de um “moderno D. Quixote” que, de roupas contemporâneas e montando um burrico, não deixava de erguer sua lança contra o inimigo imaginário (MARUÍ, 10 jun. 1881).





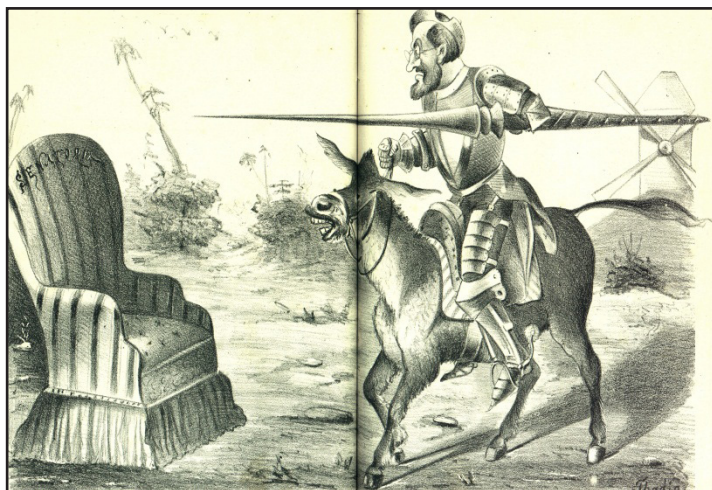
O movimento republicano gaúcho também foi criticado através do jornalismo caricato, ao igualmente aparecer atacando moinhos e, mais especificamente, uma enorme coroa que, ironicamente, o jornal dizia que não resistiria, buscando menoscabar a ação antimonárquica (O SÉCULO, 20 jan. 1884). Mais tarde, já com os republicanos no poder, eles voltariam a ser retratados da mesma maneira e com idêntico tom crítico. Nesse sentido, era apresentado um militante do republicanismo gaúcho que estaria assustado com as comemorações do dia 7 de Setembro. A figura estava travestida de cavaleiro, mas se mostrava temerário perante uma coroa, em alusão a uma possível restauração. Era uma ilustração carregada de ironia, pois, ao invés da imagem do corajoso cavaleiro, a intenção era mostrar um personagem cheio de medo e inseguro diante de uma possível incerteza quanto à sua manutenção nos cargos governamentais (BISTURI, 11 set. 1892).



Ainda em tom de censura os hebdomadários usariam a figura de um cavaleiro que, ao invés de cavalo, montava um trem, atacando com sua lança uma dama fragilizada, a constituição, em uma alusão a possíveis desmandos na construção de vias férreas no Rio Grande do Sul (O SÉCULO, 1º fev. 1884).



Cavaleiros nada virtuosos também apareceriam na caricatura gaúcha, caso do político que, vestido de cavaleiro montava um burro e investia, lança em riste, em direção a uma cadeira no Senado, quer seja, em favor de seus interesses individuais. A legenda era elucidativa: “O Novo D. Quixote, rompendo lanças em favor de sua causa” (O DIABRETE, 14 set. 1879).



A figura do cavaleiro era também mostrada pelo avesso, na premissa do anti-herói, ao ser apresentado um “famigerado delegado” travestido de cavaleiro, mas atendendo contra um cidadão, impondo-lhe uma punição com a palmatória. A historieta prosseguia, com o tal delegado-cavaleiro sendo levado às raías da justiça, vindo a ser execrado e ameaçado pelo povo e punido por duas mulheres (A VENTAROLA, 19 ago. 1888).



As reminiscências medievais presentes na caricatura sul-rio-grandense não deixaram também de fazer referência à ação da Igreja, a qual foi lembrada em diversas situações, como ao retratar os clérigos nem sempre preocupados apenas com as instâncias espirituais, assim como em várias alusões às práticas inquisitoriais. A Igreja assumiria um papel primordial na Europa Medieval em todos os campos da vida em sociedade e, do ponto de vista social, a sua influência foi imensa, prevalecendo o axioma – o papa em Roma e o bispo na cidade – constituindo essas as personagens principais de então, em um contexto pelo qual, quem quisesse fazer carreira, ou pôr-se ao abrigo das tempestades, era na Igreja que deveria refugiar-se (PIRENNE, 1970, p. 106).

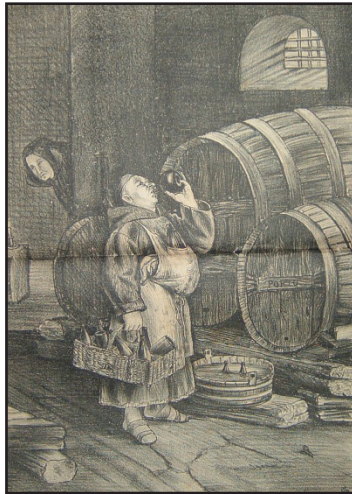
A sociedade eclesiástica era extremamente diversificada, e suas fronteiras com o mundo dos leigos não eram sempre nítidas, desse modo, o clérigo era representado por todo homem que recebera a primeira das ordens menores, devendo, além disso, ser tonsurado e vestir o longo hábito que caracterizava seu estado. Era uma condição bastante imprecisa, havendo muitos graus intermediários entre as pessoas mundanas e os verdadeiros membros do clero. No contexto medieval, muitos almejavam ser clérigos, pois o

clericato proporcionava diversos privilégios, já que não se submetiam senão aos tribunais da Igreja, mais indulgentes para com eles do que as jurisdições seculares; eram isentos do serviço militar e da maior parte dos impostos; seus bens e sua pessoa gozavam de uma proteção especial, sendo-lhes ainda reservado o usufruto dos benefícios eclesiásticos. Mas, em contrapartida, os negócios mundanos lhes eram proibidos, como o comércio, o casamento e até a riqueza no caso daqueles que faziam voto de pobreza. O desrespeito às regras, entretanto, tornar-se-ia, muitas vezes, lugar comum entre os padres, surgindo práticas como a cobrança pelas atividades clericais e a quebra do voto de celibato, surgindo abundantes exemplos de padres cobiçosos, vaidosos e libertinos (PASTOUREAU, 1989 p. 40-42).

Ao longo do medievo, a Igreja podia dispor, graças às oferendas dos fiéis e às esmolas dos peregrinos, de uma fortuna monetária, a qual, associada a outros fatores como a manutenção da unidade, o controle da escrita e da leitura e a ocupação de altos postos administrativos, entre tantos outros, lhe conferiria uma ascendência irretorquível (PIRENNE, 1982, p. 18). Os mosteiros eram também alvo das peregrinações e era comum que os monges recebessem oferendas generosas dos peregrinos, de modo que, além de um atendimento às necessidades espirituais dos fiéis, assegurava-se aos mosteiros uma clientela crescente de romeiros, bem como a sua própria riqueza (FRANCO JÚNIOR, 1990, p. 125-126). Ainda que muitos monges fossem adeptos do voto de pobreza, o enriquecimento de diversos monastérios acabaria por valer-lhes a pecha de mais preocuparem-se com o temporal em detrimento do espiritual.

Nessa conjuntura, ainda que muitas ordens e seus seguidores se preocupassem exclusivamente com o atendimento espiritual dos fiéis, nem sempre a tradicional trilogia monástica de castidade, pobreza e obediência (FRANCO JÚNIOR, 1986, p. 112), foi respeitada *ipsis*

litteris. Buscando inspiração nessa última perspectiva, para expor suas ideias anticlericais, praticamente predominante entre os caricatos, tal tipo de publicação lançaria mão da imagem do clero mais desregrado, de modo a corroborar com suas convicções. Para acusar os padres foi pinçada a figura do monge medieval que se deixava levar pelas sedução materiais, o protótipo para exemplificar o clérigo descumpridor de seus votos, aparecendo normalmente interessado em dinheiro, comida ou bebida. Foi o caso de um monge, embriagando-se na adega do monastério, ato descoberto, à espreita, por um observador (A VENTAROLA, 21 ago. 1887).



No mesmo sentido, monges extremamente glutões foram apresentados por caricatura que sugeria estarem os clérigos muito mais preocupados em satisfazer seus estômagos do que com os temas religiosos. A legenda era lacônica, mas expressiva: “O jejum clerical” (A VENTAROLA, 21 abr. 1889). Outros dois padres eram representados como bem mais preocupados com seus apetites do que com a fé.

Tal gravura era acompanhada da seguinte expressão: “e que barrigas criam eles!... Santo Deus! (BISTURI, 3 abr. 1892).

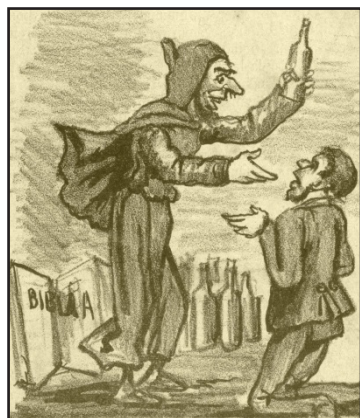


A supremacia da Igreja à época medieval era relembrada pelos jornais caricatos, ao buscar demonstrar que os clérigos se aproveitavam de suas posições para tirar proveito junto à população em geral. Nesse sentido, uma gravura mostrava um padre com feições muito satisfeitas, por poder arrecadar mais dividendos, aproveitando-se para elevar o número de missas por ocasião de um feriado religioso (FÍGARO 3 nov. 1878). Em outro cenário, os clérigos teriam transformado

“o cemitério em mercado no dia de Finados”, avançando “como cães ao osso contra o *cobre* dos pobres de espírito” (O SÉCULO, 6 nov. 1881).

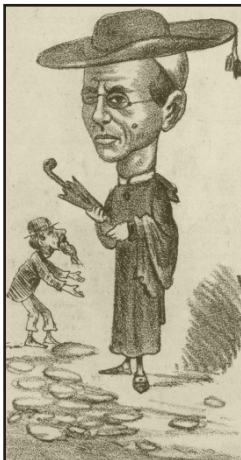


O papa dando sua benção aos fiéis, simbolizados por ovelhas, não trazia necessariamente o significado do pastor que orientava seu rebanho quanto à religião, mas sim o controle ideológico pleno realizado por aquela autoridade. Lembrando a venda de relíquias santificadas, a imprensa caricata mostrava também um clérigo praticando o “comércio da virtuosa água de Lourdes” (CABRION, 27 abr. 1879).



Quanto à figura do sacerdote como um espoliador do povo, eram apresentados três padres asfixiando e roubando o indígena que simbolizava a nação brasileira, ao passo que, ao largo, a “instrução pública” perecia à míngua, em alusão ao obscurantismo imputado à ação clerical durante o medievo (CABRION, 25 maio 1879). A caricatura mostrava o padre também em uma posição extremamente acima do cidadão comum, dando-lhe ordens quanto ao seu comportamento, em referência ao amplo predomínio clerical da época

medieval (BISTURI, 1º abr. 1888). Os interesses não seriam apenas de ordem material, pois outro quadro apresentava um padre prestes a quebrar seus votos celibatários, ao flertar com uma mulher (BISTURI, 3 abr. 1892).



Ainda no que tange à ação da Igreja, os caricatos trouxeram à tona as práticas inquisitoriais. A Inquisição surgiria como uma instituição medieval que se espalharia para além dessa época. Sua gênese esteve ligada à necessidade da Igreja de lançar mão de um meio de coerção, mormente contra as heresias, em uma conduta pela qual tudo poderia ser feito para combater os inimigos da Igreja. De acordo com esse intento de confrontar o adversário a qualquer preço, a Inquisição lançaria mão de práticas extremamente contundentes que iam desde ferrenhos interrogatórios, passando por violências e torturas e duras sentenças como a de prisão, o confisco de bens, a imposição das marcas de infâmia, a flagelação, as peregrinações, a destruição das casas e a exumação dos mortos, entre tantas outras, constituindo um verdadeiro arsenal de armas que os tribunais inquisitoriais tinham em seu poder, através de métodos e rigor terríveis e cruéis (TESTAS & TESTAS, 1968, p. 9 e 34-46).

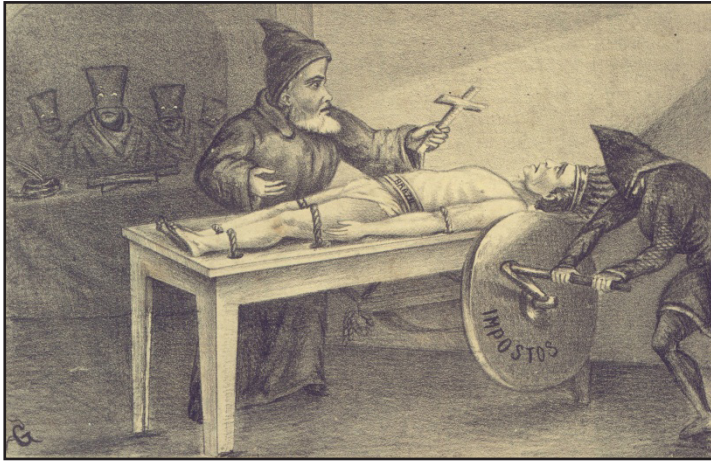
As ações inquisitoriais perpassaram o contexto religioso, tendo também inferências de cunho político, uma vez que para que a perseguição aos hereges surtisse efeito, era necessário o apoio do Estado, dos soberanos temporais, demonstrando a implicação política dessas perseguições, principalmente em uma época na qual Estado e Igreja estavam profundamente interligados. Dessa maneira, apesar da Inquisição medieval ter sido, essencialmente, uma instituição idealizada e dominada pelo papa, isto é, dirigida por uma autoridade supranacional, contava, em todos os países onde atuou, com o auxílio e a aprovação dos soberanos (NOVINSKY, 1982, p. 15-16). À medida que a ação inquisitorial avançou dos tempos medievais em diante, os padrões comportamentais variaram, surgindo realidades muito diversas de região para região ou de país para país, de modo que se poderia utilizar, inclusive, a expressão inquisições para designar a tal conjunto de díspares atitudes (BETHENCOURT, 2000, p. 10).

Assim, aquela instituição criada originalmente para inspeções em busca de hereges, progressivamente avançaria em suas atribuições e, extrapolando o próprio medievo, se tornaria um dos mais eficazes mecanismos de controle social, político e ideológico. Desse modo, a Inquisição foi utilizada pela caricatura para recriar o arquétipo dos males que vinham assolando a humanidade, intentando, por vezes, um ataque direto à Igreja, e, em outros momentos, realizar uma analogia entre a coerção inquisitorial em relação a algum objeto contemporâneo, para o qual os jornais quisessem direcionar sua crítica, mormente quando faziam referência à repressão e/ou à falta de liberdade. No que se refere à inter-relação entre a ação inquisitorial e a expressão de princípios anticlericais, a imprensa caricata lembrava com pesar a presença da Inquisição, mostrando um indivíduo sendo torturado, diante do que sentenciava os padres ao referir que muitos séculos ainda seriam necessários para que se consumisse a hedionda e infernal lembrança dos suplícios infligidos à humanidade pelo Santo Ofício (BISTURI, 28 jun. 1891).

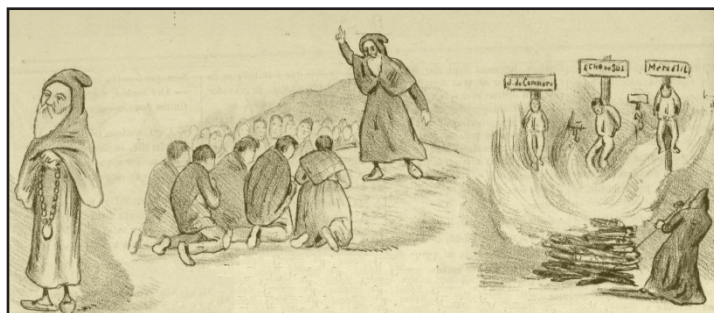


Já quanto à utilização da figura da Inquisição para denunciar ações autoritárias, exemplificativamente, a caricatura mostrava os “familiares do Santo Ofício” oprimindo um cidadão e exclamando que só o que faltava era levarem-no à fogueira (O DIABRETE, 15 set. 1878). No mesmo sentido, as folhas caricatas censuravam o aumento de impostos e, para isso, lançavam mão da figura do índio, tradicionalmente usado para simbolizar o Brasil, sendo supliciado pelos inquisidores, a legenda era direta: “Os impostos ou a Moderna Inquisição: – O inquisidor-mor: Em nome da fé meu filho, é mister que sofras para que minha família possa viver... Pobre Brasil” (CABRION, 8 jun. 1879).





A escravidão também foi apresentada como uma “Inquisição Moderna”, ao serem representados os escravistas/inquisidores em torno de objetos de tortura, denunciando-se que os mesmos tinham condenado à morte mais uma vítima do “cancro social” que “civilizava” o país, lastimando-se que ainda havia miseráveis que se prestavam a defendê-la (CABRION, 3 abr. 1881). Ainda com referência à inquisição, era apresentada também uma figura que lembrava um monge, a qual chegara à cidade “toda mansa, beata e de rosário a mão”, e, quando todos esperavam que pregasse a liberdade, saíra-se “como um inquisidor”, atacando “a paz e a tranquilidade” (BISTURI, 8 jun. 1890).



O bobo da corte foi sem dúvidas uma das figuras de origem medieval que mais marcou as páginas dos jornais caricatos gaúchos. Com origem remota, os bobos da corte constituíram em essência a representação cômica da sociedade, podendo, a partir do prisma humorístico até

mesmo reverter a ordem social. O bobo da corte poderia dizer aquilo que o povo gostaria de dizer ao rei. Com ironia mostrava as duas faces da realidade, revelando as discordâncias íntimas e expondo as ambições do rei. Pode também ser encarado negativamente, como uma instituição característica da grosseria medieva, ou seja, eram os anões, corcundas, jograis, bobos e doidos da corte, transformando os mais dolorosos estigmas da degenerescência humana em divertimentos dos grandes da época (LINS, 1970, p. 209).

Quanto ao simbolismo, o bobo da corte constitui a inversão do rei, não sendo uma personagem necessariamente cômica, mas sim dual como aquela que representa, em outras palavras, os que dizem em tom duro as coisas agradáveis, e em tom jocoso as terríveis (CIRLOT, 1984, p. 120). Tal qual um palhaço, o bobo da corte é tradicionalmente a figura do rei assassinado, simbolizando a inversão da compostura régia nos seus atavios, palavras e atitudes. Nesse quadro, a majestade passa a ser substituída pela chalaça e a irreverência; a soberania, pela ausência de toda a autoridade; o temor, pelo riso; a vitória pela derrota; os golpes dados pelos recebidos; as cerimônias as mais sagradas, pelo ridículo; e a morte, pela zombaria. Sinteticamente, ele é como que o reverso da medalha, o contrário da realeza, ou seja, a paródia encarnada (CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991, p. 680).

Ainda com referência ao simbólico, o bobo da corte representa a dualidade de todo o ser e da face do bufão que existe em cada um. Na corte dos reis, nos cortejos triunfais, nas peças cômicas, tal personagem está sempre presente, constituindo a outra face da realidade, aquela que a situação adquirida faz esquecer e para a qual se chama atenção. Ele exprime o anódino com gravidade e, como brincadeira, as coisas mais graves, encarnando uma consciência irônica para com os eventos. Quando se mostra obediente é sempre ridicularizando a autoridade por um excesso de solicitude, já quando imita as esquisitices ou falhas das pessoas, o faz inclinando-se obsequiosamente. O bobo assume assim

feições para além de suas aparências cômicas, podendo ser bem compreendido e assumido como um duplo de si mesmo, não consistindo, portanto, simplesmente um personagem cômico, e sim a expressão da multiplicidade íntima da pessoa e de suas discordâncias ocultas (CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991, p. 147-148).

A caricatura incorporaria a imagem do bobo da corte, por vezes como o próprio símbolo do jornal e/ou do caricaturista e, em outras, para menosprezar o personagem retratado. Seja em sua indumentária típica, seja em uma figura modernizada, o bobo da corte ganhou as páginas das folhas caricatas com uma recorrência extremamente significativa, o que refletia uma ampla aceitação de sua simbologia no seio da sociedade do século XIX. Muitas vezes como uma figura simpática, o bobo servia para apresentar o periódico à comunidade, ou ainda para agradecer aos assinantes por adquirir ou continuar promovendo o pagamento das assinaturas. Bobos da corte chegavam a oferecer flores pelo bom acolhimento dispensado (A VENTAROLA, 1º jan. 1888) ou ainda para realizar um protesto de reconhecimento aos seus “bondosos favorecedores” (MARUÍ, 11 jan. 1880). A apresentação de novos redatores também constituía oportunidade para o aparecimento do bobo da corte (O SÉCULO, 12 jun. 1883).



Completar mais um ano de existência era uma ocasião especial para um caricato, ainda mais por tratar-se de um representante da pequena imprensa, normalmente fadada a existências não muito perenes, de modo que, nessas comemorações, bobos da corte poderiam aparecer fazendo estardalhaço e festa (A VENTAROLA, 21 mar. 1889).



Como as folhas caricatas, na maioria dos casos, eram obras realizadas por poucos indivíduos que, tendo em vista a carência de pessoal, realizavam a maioria das funções quanto à elaboração e distribuição das publicações, o bobo da corte também incorporava esses vários papéis e, por vezes, cuidava das cobranças, ameaçando divulgar o nome dos assinantes inadimplentes (O DIABRETE, 17 out. 1880) ou saía pelas ruas à cata de notícias (BISTURI, 28 jul. 1889).



Essas múltiplas atividades desempenhadas pelos responsáveis das folhas caricatas, representadas por meio do bobo da corte, apareceram também em ilustração na qual o personagem desejava boas festas à suas “amáveis leitoras e leitores”, pretendendo que todos continuassem a dedicarlhe “proteção, simpatias” e o pagamento das assinaturas (O DIABRETE, 29 dez. 1878). Por outro lado, havia a recorrência

das cobranças aos assinantes em atraso, com o bobo da corte apresentando um “pano da amostra”, o qual trazia as iniciais dos remissos embaralhadas, com a ameaça de que os nomes poderiam vir a ser divulgados por inteiro (O DIABRETE, 12 jan. 1879). A falta de notícias também era simbolizada por meio do bobo, como um que, bocejando, dizia estar “em tempo de lombeira”, por tratar-se de uma época em que “muito se ouve e pouco se vê” (O DIABRETE, 18 set. 1880). Já outro destes personagens mostrava os bolsos vazios e pedia desculpas aos leitores por o periódico andar “muito insípido”, tendo em vista a falta de assunto (O DIABRETE, 19 dez. 1880).







Para expor o tom crítico normalmente característico das folhas caricatas, o bobo da corte também serviria como estratégia. As ocasiões de festividades divulgadas pela imprensa caricata, mormente durante o carnaval, eram uma oportunidade formidável à presença do bobo. Ele tanto aparecia para transmitir o clima geral de alegria predominante junto à sociedade, quando, inclusive, muitos dos problemas do dia a dia eram deixados de lado (A VENTAROLA, 12 fev. 1888), quanto para demonstrar o imobilismo geral que caracterizava essa época do ano, quando a população em geral e, mormente, os governantes e administradores deixavam de lado assuntos importantes e negócios públicos, em nome da folia, na qual também se esbaldavam os bobos da corte (O FÍGARO, 16 fev. 1879). Ainda quanto às folias de Momo, a caricatura mostrava a transição que vinha ocorrendo nas sociedades, nessa época do ano, quando os festejos conhecidos como entrudo vinham cada vez mais dando lugar ao carnaval e lá estava

novamente o bobo da corte para representar tal mudança (CABRION, 27 fev. 1881).





O bobo da corte, pelo seu viés negativo, era também utilizado para menosprezar e ridicularizar certos personagens, caso de políticos que tinham de carregar a fórceps seus sectários (O SÉCULO, 16 out. 1881), ou ainda aguentar quando estes mesmos aliados se voltavam contra eles (O SÉCULO, 15 jan. 1882).



Tal utilização da figura do bobo, de modo a causar escárnio, era utilizada até mesmo para retratar

homens de imprensa que, porventura, cometessem erros em suas funções, caso de um jornalista que realizara uma “arlequinada”, pela qual o seu patrão teve que arcar com as consequências (BISTURI, 6 set. 1891). Por meio das páginas dos caricatos houve também uma espécie de crítica interna, com a censura a determinadas práticas de outros jornais, divulgando notícias de natureza sensacionalista. Nesse sentido, aparecia o bobo da corte exibindo-se diante da sociedade, acompanhado da legenda: “Vamos senhores *arlequins* da imprensa... faça uma careta, dê um salto, outro, mais uma cambalhota, divirta a multidão ávida de escândalos!...” (BISTURI, 19 jul. 1891).





Os jornais caricatos, ao realizarem normalmente a crítica de cunho político, a social e a de costumes, colocavam-se muitas vezes como moralizadores da sociedade, propondo-se a fiscalizar e censurar os desvios, desmandos e descaminhos sociais, em um quadro pelo qual as críticas estendiam-se desde o país como um todo até as individualidades. Nesse caso, o bobo da corte podia aparecer chamando a atenção do país, representado por um índio, recomendando atenção e cautela no tocante à causa pública (MARUÍ, 12 dez. 1880). Em outro momento, ele surgia cheio de ironia, ao afirmar, “deixem-me rir, isso é um grande país” (A VENTAROLA, 29 maio 1887).

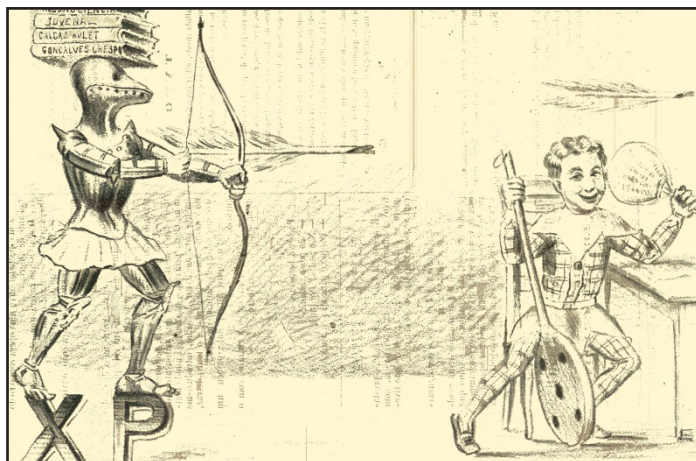


Como fiscalizador social e de costumes, o bobo se arvorava no direito de até mesmo punir os possíveis transgressores, chegando a aparecer dando “bolos” com uma palmatória (O DIABRETE, 14 set. 1879), agrilhoando e levando a trabalhos forçados (O DIABRETE, 4 ago. 1880) e, inclusive, aprisionando indivíduos (O DIABRETE, 27 mar. 1881).





Os próprios debates estabelecidos no seio da imprensa entre os seus diversos representantes vinham à baila por meio de arquétipos medievais, como no caso de um confronto em que se digladiavam a dita imprensa séria e a pequena imprensa, a primeira simbolizada pelo cavaleiro, nesse caso na perspectiva de impingir-lhe o ridículo, e a segunda, como não poderia deixar de ser, pelo bobo da corte, que, com sua linguagem mais desabrida e popular, desafiava aquele, cuja jactância, não passaria de propalado e afetado intelectualismo (A VENTAROLA, 6 jan. 1889).



Assim, para expressar-se, muitas vezes, a caricatura iria utilizar-se de reminiscências do mundo medieval, de modo que personagens do medievo perpassavam tranquilamente pelas páginas das folhas caricatas, em um quadro pelo qual essa recorrência representava a boa aceitação do público leitor para com esse tipo de analogia/simbologia. Nos caricatos, a época medieval foi representada como um período paradigmático por excelência, denotando-se em tais exposições algumas dos matizes civilizacionais indispensáveis à vida social e cultural do século XIX (DIAS, 2011, p. 45). A inter-relação passado – presente, com a incorporação de símbolos medievais em plena segunda metade dos Oitocentos, revelava a articulação entre o universal e o regional, demonstrando, no caso da caricatura, o sentido que aquelas imagens recorrentes despertavam junto à comunidade sul-rio-grandense da época.

Jornalismo em Tempos de Crise

Luiz Henrique Torres

A primeira metade dos anos 1960, na cidade do Rio Grande, foi marcada por acentuada crise econômica e social. A cidade das chaminés passava, nas décadas de 1950-60, por uma decadência em sua vocação industrial e proletária. A concentração industrial no eixo Rio-São Paulo, iniciada na década de 1930, reduziu a capacidade de concorrência das economias periféricas; a perseguição e aniquilamento da presença alemã na cidade durante a II Guerra Mundial (controlando cerca de 30% da economia local); a quebra das empresas de Luiz Loréa e o fechamento da Swift na década de 1950; são alguns dos fatores que abalaram os alicerces da vida econômica e social. As indústrias pesqueiras serão a salvação parcial que se estende até a década de 1980 mas que agrega pouca renda aos cerca de 20.000 trabalhadores deste ramo. A mudança mais radical se deu já no período militar, na década de 1970, com o Distrito Industrial do Rio Grande e o corredor de exportações para o Porto do Rio Grande (terminais de grãos), surgindo o SuperPorto. Os problemas urbanos se aprofundaram desde a década de 1950 e estavam críticos no início de 1964. Conforme o então candidato a prefeito Farydo Salomão, em discurso de campanha em 1963, os problemas da cidade se agravaram com o passar dos dias e dos anos:

“Quem de nós, não os sente na própria carne? Por acaso, não temos sido testemunhas de uma estagnação, não raras vezes, destruidora de células vitais da nossa vida social? Quem ignora, que o nosso Porto, a única entrada e saída de mar do nosso Estado, definha dia-a-dia a competência de autoridades que teimam em governar de costas para a nossa cidade? Por acaso, não é verdade que a Swift, outrora ninho de trabalho, onde o braço do nosso operariado construía riquezas, buscando o pão de cada dia, já cerrou as suas portas gerando desemprego? Quem não vê, com raríssimas exceções, que das nossas indústrias, as que não estacionaram, feneceram, crestando os alicerces de uma economia incipiente? É neste panorama que deparamos com a Prefeitura Municipal, enfrentando a mais grave crise de sua história, onde medra, um ambiente administrativo que é estarrecedor e tanto martiriza os interesses de todos os que aqui empregam as suas atividades. Nos estatelamos ante o martírio de um funcionalismo que, por quase meio ano, bradou pelos seus vencimentos”. (SALOMÃO IN: ALVES, 1990: 40- 41).

Farydo Salomão foi eleito e governou de dezembro de 1963 até 25 de abril de 1964, quando teve seus direitos políticos cassados pelo regime militar estabelecido a partir de 31 de março deste ano. Mas e o jornal O Peixeiro que surgiu na cidade do Rio Grande, como abordou estes acontecimentos ocorridos há meio século?

O primeiro número de O Peixeiro foi lançado em 23 de dezembro de 1962, vivenciando um dos períodos de maior efervescência social da história do Brasil, quando da transição da política populista de recurso às massas (atrelada aos sindicatos) para as administrações pós-1964. Germano Toralles Leite, criador do jornal, adquiriu o maquinário da gráfica da União Operária e devido à reduzida procura por impressos, foi criado o jornal para através dos anúncios, garantir o pagamento da folha de pessoal. A proposta inicial

d'O Peixeiro era entreter as pessoas que esperavam o início do filme. O jornal era entregue gratuitamente aos domingos ao público que prestigiava os cinemas da cidade. O próprio Germano entregava os jornais de mão-em-mão na fila do Cine Glória, um jornalzinho cor-de-rosa de oito páginas com tiragem de dois mil exemplares que foi sendo ampliada nos meses seguintes, chegando a três mil exemplares e 16 páginas em setembro de 1964.

O tempo cultural era distinto do atual. O cinema era a abertura de Rio Grande com a cultura mundial, a linguagem das imagens em movimento traduzia as inovações estéticas e dos costumes. Antes da TV e do vídeo/dvd sacralizarem a casa e a individualidade familiar como espaço por excelência, o cinema refletia o espaço da rua e do mundo, da informação e da distração, do convívio coletivo. Chegar a este público cinéfilo era desencadear um diálogo com a população, difundindo além da programação cinematográfica, os destaques sociais, as crônicas, poesias e os problemas da cidade. Estava estabelecido um diálogo que durante a década de 1960 refletiu os caminhos e descaminhos de um tempo de utopia.

As crônicas de O Peixeiro apresentam sistematicamente o debate sobre problemas da cidade, desde a falta de infraestrutura, necessidade de desenvolvimento econômico e combate à imoralidade pública. A ênfase e a visão de mundo é urbana insistindo-se na retomada do progresso com o esforço dos filhos da terra (a apatia e a falta de iniciativa seria um mal local...). A linguagem das crônicas políticas é muitas vezes irreverente e debochada. O jornal estende a sua existência até o presente e hoje constitui o encarte cultural do jornal Agora, criado em 20 de setembro de 1975.

Dois objetivos podemos buscar contemplar neste artigo: a cidade do Rio Grande no ano de 1964 na visão de O Peixeiro; e as primeiras três posturas do jornal frente ao movimento militar: resistência discursiva e reação

repressiva; apoio a medidas moralizantes de Castelo Branco; e crítica às ações do governo militar quanto à carestia de vida ter se acentuado no Brasil.

Inicialmente, como estava o cenário urbano da cidade? O ano estava sendo recebido pelo jornal *O Peixeiro* com um “bem-vindo 1964”. Os inúmeros problemas que a urbe vivenciava e que eram expressos em críticas nas matérias do jornal, não impedia a tradicional saudação e expectativas do ano ser melhor do que o anterior onde a inflação, a perda de renda pelos trabalhadores e a crise política era perceptível. De fato, o ano trouxe muito mais surpresas que a imaginação de *O Peixeiro* poderia prever. Conforme o periódico:

“Nossa fé e o nosso orgulho estão depositados em você, meu caro 1964 (...) Parece-nos que contigo, tudo será diferente. Não só os políticos mas os profetas e até nos mesmos, te predizemos um Bom Ano. Teus 366 dias de vida nos darão mais 24 horas de existência. Queira Deus e assim nós o desejamos, que tua passagem pela terra seja ela toda coroadada de venturas mil (...) Como vês, meu caro 64, tudo parecem flores para te esperar. Por amor ao nosso Deus, não nos decepcione. Ajuda-nos antes, e nós felizes procuraremos perpetualizar na memória e nos anais de nossa história, os benefícios todos que nos há de trazer”. (*O PEIXEIRO*, 5-1-1964: 1)

Motivos para esperar um ano melhor não faltavam. Um novo governo municipal atuante parecia ser a esperança possível ao lado de uma Câmara de Vereadores com ações e propostas. A cidade convivia com a falta de empregos, um crescimento dos bairros com baixa infraestrutura e um centro da cidade com inúmeras carências, inclusive de iluminação. A “idade das trevas” buscava ser banida com princípios da modernidade: bondes urbanos mais eficientes, iluminação pública, organização do espaço urbano ocupado

por assaltantes, bêbados, crianças abandonadas e matilhas de cães. Até a frequência ao cinema era feita de forma pontual para não se ficar vagando pelo perigoso centro da cidade e seus espaços escuros. O empobrecimento do proletariado e a dificuldade -até para adquirir alimentos- foi devido, entre outros fatores, a absurda inflação de cerca de 100% ao ano que levava a perda de poder aquisitivo. Este somatório de problemas (desemprego, inflação e recessão econômica) pode explicar, parcialmente, o empobrecimento e as cenas de miséria no espaço público central. Outro aspecto frequentemente enfatizado, dizia ao trabalho desenvolvido pela Câmara de Vereadores, numa crítica ao recesso remunerado dos edis: “É necessário que eles descansem, não importa que mesmo sem terem ainda começado a trabalhar para nós” (O PEIXEIRO: 2-2-1964: 1).

O jornal defende o retorno do trem para o Cassino o qual foi desativado e teve estações demolidas. Defende que o ônibus era muito caro e propunham o aproveitamento de trilhos e a criação de uma linha de trem “Ponte dos Franceses-Barra-Cassino” até a 4ª Secção da Barra:

“Nefando Crime. Janeiro... Verão... Cassino. Época de veraneio, época de descanso. Descanso não somente do corpo, mas à mente, ao espírito. Mudar de ares, aproveitar a praia, o sol, o Cassino. Aproveitar o mar, este Atlântico imenso. Desfrutar do sol, dos longos passeios, da avenida interminável, dos Molhes da Barra, da SAC, das múltiplas casas de lanche, da vida noturna praiana. Do Cassino com o seu correr de carros, com sua fila interminável de automóveis, num cortejo rico e potente a-65. É magnífico, poderoso, tipo Hollywoodesco. No entanto...sempre tem um mas, um ‘no entanto’... infelizmente. Da praia rica, falta à multidão e o movimento da massa dos anos anteriores. Falta o povo, a classe popular, os trabalhadores da nação. Onde a condução barata? Onde o meio de locomoção menos oneroso? Onde o tradicional trem (ou trenzinho como era conhecido)

trazendo as numerosas famílias e pessoas de menos posses? Onde a grande aglomeração humana, o chamado povo? Sumiu, findou. O Cassino tornou-se uma praia rica. Uma praia essencialmente dos ricos, de quem pode pagar, de quem pode custear os dias de sol de um Cassino maravilhoso gratuitamente doado pela natureza a cidade marítima e ao seu povo. (...) Não acreditavam os governantes que tanta falta fizesse o trem ao Cassino. Hoje olham atônitos, o resultado de um ato precipitado, cruel e desnecessário". (O PEIXEIRO, 19-1-1964: 16).

A crise econômica estava afastando os pobres da própria praia do Cassino devido ao custo de deslocamento até o balneário. Inclusive, a estrada para o Cassino é vista como obsoleta frente à demanda de 5.000 veículos por dia. Quando construída no início dos anos 1940 comportava 500 veículos diários na alta temporada, desde então, não sofreu manutenção ou ampliação. Com a retirada do trenzinho para o Cassino a segurança ficou ainda mais comprometida mas grande parte da população foi prejudicada: "Que o povo , que o Zé Minhoca vá a pé, se quiser dar-se ao luxo de sujar as águas do Atlântico Sul. Sim a pé, porque a minguada tira de asfalto não permite, já no momento, qualquer aumento de veículos em seu leito", podendo ocorrer que "pague-se dividendos altíssimos, dividendos de sangue entre as ferragens retorcidas dos monstrinhos de ferro". O momento era de indignação por um acidente recente na estrada Rio Grande-Pelotas, na altura do Povo Novo, quando faleceram 7 pessoas. O trecho não asfaltado (cuja obra de asfaltamento já se esticava por dez anos sem previsão de fim) produzia uma intensa poeira que favoreceu a tragédia. A indignação era pela precária infraestrutura rodoviária da cidade que induzia vários acidentes (O PEIXEIRO, 19-01-1964: 16).

Não apenas a praia mas também o carnaval foi festejado com menos ânimo. No Carnaval de 1964, o povo 'cada vez mais empobrecido' não estava brincando como em

anos anteriores. Não se observava aquela alegria contagiante de outros tempos pois o custo de vida não permite “que sejamos mais alegres, brinquemos despreocupadamente (...). O bom gosto foi substituído pela pobreza degradante”. Os preços dos produtos, “impedem que um folião venha a por em prática o que seu bom gosto e sua imaginação são capazes de criar e fazer”. (O PEIXEIRO, 16-02- 1964: 16).

O *footing* no centro, na Bacelar, estava sumindo. Só na saída do cinema é que ocorria um movimento. O retraimento da brotolandia era devido à falta de policiamento, a escuridão da praça Xavier Ferreira e a insegurança para o retorno as residências.

A matéria “A Tristeza da Miséria” destacou o triste espetáculo assistido na cidade, a qualquer hora do dia, de inúmeros indigentes e miseráveis, caídos pelas calçadas. “Um triste espetáculo, ocasionado pelo descuro dos poderes públicos e das pessoas encarregadas dos mesmos. Não passa dia sem que, ao lado da bebida, esteja o bêbado estirado na rua” (O PEIXEIRO, 7-6-1964:16). Menores abandonados e flanelinhas tornavam o centro uma terra de ninguém. As brigas se davam na disputa pela lavagem de carros dos poucos clientes que ainda tinham coragem de deixar seus carros estacionados em certas ruas. As lavagens com balde produziam banhos nos transeuntes e muitos reclames que em nada resultavam. Somava-se a este cenário os inúmeros cães perambulando pelas ruas. Era espetáculo comum às ruas centrais ou de bairros, estarem ocupadas por uma matilha de animais a rosnarem e latirem em assustadores avisos”. Seguidamente, pessoas eram vistas em fuga para escapar do ataque dos animais. (O PEIXEIRO, 13-9-64: 1)

A falta de policiamento e de carros para a delegacia de polícia era fator de críticas. O jornal destacava que os “amigos do alheio entram e saem à vontade, como se estivessem em sua própria casa. Tal pode ser comprovado facilmente pelos dados policiais, e pela experiência do cotidiano absurdo e infundável” (O PEIXEIRO, 26- 07-64:

16). A iluminação das ruas era insuficiente ou inexistente, o que favorecia ainda mais a ação dos ‘amigos do alheio’. Frente à escuridão, um dos primeiros encaminhamentos do novo prefeito foi a Campanha das Lâmpadas do Rotary Club apoiado pelo governo municipal: “Tal iluminação da uma sensação de euforia e de progresso. A cidade parece readquirir nova roupagem, as ruas parecem diferentes, as praças novas” (O PEIXEIRO, 17-05- 64:16). Devido a não manutenção e muito vandalismo, em poucos meses a cidade voltou à parcial escuridão, com pouca sensação de progresso e de ordem (devido à ação da bandidagem...). Associado a isso, ocorria sistemáticas interrupções de energia pela CEEE (conforme o jornal, a ‘Companhia Encarregada de Escurecer o Estado’) e isto se prolongou pelos anos seguintes: “Mais uma vez vemo-nos as voltas com o problema da energia elétrica, problema de ontem, de hoje e de amanhã, se continuar este descuro da CEEE para com nossa cidade, a alterosa Noiva do Mar” (12-7-64, O PEIXEIRO:16).

A mesma rua que hoje se apresenta intrafegável por obras inacabadas, já sofria deste mal naquele período: a rua D. Pedro II que há longos anos vinham recebendo verbas mas conservava profundos buracos constituindo num “desafio ou num castigo, aqueles que mais contribuem aos cofres municipais, como sejam, a Indústria, o Alto Comércio e os transportadores” (O PEIXEIRO, 11-10-64: 16). Outras ruas da cidade também estavam em estado precário para a circulação de automóveis. Tanto que na coluna ‘Boa Noite, Senhor Prefeito’, é feita uma provocação que mexeu com a mais importante empresa aqui sediada: “Falta alguma coisa? Vamos ver. Asfalto? Ora professor Farydo, o Petróleo é nosso; a Ipiranga mesmo taí. Com jeito vai. Será que eles não se descuidariam de alguns tonezinhos de asfalto para nos ceder” (O PEIXEIRO, 23-02-64: 1). Nesta direção, o jornal reconhece o valor da Ipiranga para a cidade mas parece defender a encampação da empresa:

“Petrobrás-Ipiranga. Está bem vivo, na memória de todos, o comício monstro que assinalou, em Rio Grande, a encampação das refinarias particulares. Poderosa caravana procedente de Porto Alegre, a qual se juntaram centenas de pessoas de Rio Grande, no pórtico da cidade e que, afinal, foi engrossada ainda mais, no Largo da Prefeitura, deu integral cobertura as melhores expectativas do Prefeito local que se fez presente a festa... (...) Tivemos aqui um passado glorioso, em que a história do município esteve indelevelmente ligada ao nome de uma indústria como a IPIRANGA. (...) Saudemo-la de pé, no momento em que se prepara para deixar o governo da Grande Refinaria” (O PEIXEIRO, 5-6-64:16).

A programação cinematográfica era criticada especialmente no principal dia em que os cinemas lotavam que era o domingo. O jornal insistia que era preciso um filme de grande lançamento ser oferecido à cooperadora plateia rio-grandina. Uma única empresa dominava “o campo cinematográfico, não seria mais interessante uma cooperação maior para com o público, que jamais reclama, que jamais brada e que talvez seja conformado demais?”. Além de uma programação com melhores filmes, a praça central (Xavier Ferreira), um epicentro próximo ao Cine Sete de Setembro e Carlos Gomes, deveria ser digna de uma “iluminação que a destaque e não de uma penumbra convidativa aos desordeiros e crianças-grandes pré-históricas” (O PEIXEIRO, 26-04-64: 16), o que evidencia a sistemática de problemas com depredadores do bem público e comportamentos antissociais inclusive durante a exibição de filmes.

Em relação à postura política, um primeiro momento está relacionado ao discurso e a repressão advinda da ironia expressa no periódico, seguido de dois outros momentos.

Para um jornal voltado ao lazer que divulgava a programação cinematográfica, certamente as matérias publicadas demonstram que os objetivos editoriais eram

muito mais amplos: uma constante crítica ao funcionamento político da sociedade local e a pressão por melhoras na qualidade de vida urbana. Que temáticas foram abordadas que colocaram o jornal na rota de colisão com o governo militar? A matéria que levou a Germano T. Leite ser levado ao DOPS para interrogatório é reproduzida a seguir. Uma das motivações para ser escrita foi à indignação pela prisão de um conhecido seu que passou por humilhações de um delegado.

“Foram-se os párias: Agora que a coisa ‘serenou’ um pouco e o Brasil procura novamente reencontrar o labirinto de sua própria estrutura político-econômica um caminho mais condigno a seus filhos, nos atrevemos a tingir em rápidas pinceladas um comentário qualquer sobre os fatos que culminaram nesta radical transformação de governo ou maneira de governar. Foi-se um pária, ou melhor, foram-se dois párias. No entanto se nos parece que algo ficou no ar, como uma dúvida a martelar-nos a consciência. Teriam eles realmente a culpabilidade tamanha que se lhes atribuíram? Teria sido esta, realmente, a maneira mais ‘democrática’ de recompor um erro que se pretendiam impetrar junto à comunidade Brasileira? Dos quatro cantos deste Colosso, surgiram, intrépidos, os Magalhães, os Ademares, os Lacerdas, os Meneguetis e os Bragas, encobertos da bandeira da Liberdade. Oxalá tenha realmente sido a Luz Divina a ascensora de seus passos e suas atitudes. Isolados que estamos neste humilde e esquecido rincão gaúcho, pouco nos resta a comentar já que os únicos informes que nos chegam ao conhecimento, ou são totalmente da esquerda, ou, totalmente da direita. Nossas paixões partidárias nos são exclusivamente particulares. É ‘norma da casa’ de que não a externamos neste semanário que a cada Domingo entregamos, orgulhos, aos lares Riograndinos. Somos daqueles que compreendem e respeitam a opinião isolada de todo e qualquer cidadão Brasileiro. A

nós cumpre unicamente o direito e a obrigação de analisar friamente os acontecimentos que surgem na rotina da vida, deixando tanto quanto possível ao nosso leitor a formação de sua própria e exclusiva opinião. A nós interessa tão somente, que a Paz e a Concórdia voltem tão rápidas quanto partiram e que a Pátria prossiga orgulhosa e altaneira de seus filhos. A verdade no entanto ainda se nos apresenta um tanto indecifrável. Deixaremos para o dia de amanhã o encargo de no-lo trazer líquida e transparente como nos é devida” (O PEIXEIRO, 5-4-1964: 1-5).

Esta matéria expressa um questionamento inicial sobre os rumos dos novos detentores do poder, quase em clima de deboche escreve “teria sido esta, realmente, a maneira mais ‘democrática’”, para se promover mudanças?

Uma segunda abordagem do jornal é a de simpatia a algumas orientações do novo governo em moralizar a vida política e melhorar a renda do trabalhador. Apoiou as reformas de melhor distribuição da riqueza proposta pelo presidente Castelo Branco e que encontravam resistência para aprovação. Elogiando as iniciativas de Castelo na sugestiva matéria ‘A queda da Bastilha’, o jornal identifica a resistência aos avanços sociais com a ação das forças ocultas, que agiam através de alguns maus brasileiros, ocupantes de cargos legislativos, a quem apelidaram de ‘velhas raposas da política nacional’. Era urgente uma reestruturação da máquina administrativa do País e de suas leis, afim de proporcionar a todos um pouco mais de conforto e bem-estar. “Rezemos também para que Deus ilumine o espírito dos responsáveis pelos destinos da Pátria, a fim de que o bom senso triunfe finalmente e, sem derramamento de sangue, alcancemos aqueles nobres ideias da Revolução Francesa Liberdade, Igualdade e Fraternidade (O PEIXEIRO, 19-7-1964: 16).

Porém, ainda em 1964, o jornal já volta à postura que filosoficamente era a sua raiz: a crítica ao descompasso entre

discurso e prática política voltada a comunidade.

O salário mínimo, mesmo sendo reajustado em 100%, já tinha o seu valor devorado pela inflação. Para o jornal, o fundamental seria baixar o custo de vida e estacionar o preço dos gêneros: “Finalmente, após um ano de promessas e demagogias, foi decretado o novo mínimo. o mínimo tornou-se mera ilusão ‘alegria de pobre’? (...) o mínimo é mínimo, é insuficiente (...) o que tem de decrescer, é o custo de vida atual, verdadeiro atentado à sociedade, a segurança e a própria vida” (O PEIXEIRO, 29-6- 1964: 16).

O andamento do processo político brasileiro havia gerado frustração, como se depreende da matéria “Triste ilusão”:

“Decorridos aproximadamente cinco meses do momento em que forças restauradoras vieram amparar o Colosso que estremecia, ameaçando ruir irremediavelmente em mãos da extrema esquerda, sentimo-nos na obrigação de em rápida análise, sintetizar, em nossa opinião de nossa exclusiva responsabilidade, os efeitos e defeitos surgidos de então até esta data. Na opinião isolada deste comentário, queremos crer que foi falha a pretendida revolução. Os heróis ganhadores, embriagados pelo aroma e sabor tóxicos da vitória tornaram-se totalmente indiferentes as medidas que sabia-se eram necessárias e urgentes. Cinco meses nos separam da Quartelada de 1 de abril e já não vemos leite, não comemos manteiga, nem conseguimos comprar carne. Faltam o gás, a farinha, a luz, a banha, o açúcar e somente encontramos na Capital do Estado, as palavra do Gal. Ibá, reafirmando-nos que está tudo normalizado e os preços continuarão congelados. Tudo isso como se fôramos eternas crianças incompreensíveis, como se aos nossos olhos pudessem passar velados os desmandos e incoerências ocasionadas pela inflação desvairada que a ética de nossos governantes ainda não quis,

não pode ou não soube controlar” (O PEIXEIRO, 30-8-1964: 16).

A conjuntura nacional era fator de desencanto e a situação administrativa municipal havia reencontrado “aquele velho marasmo, tão comum nos governos que o Rio Grande já suportou e que lhe devolve aquele imponente arzinho de tédio e regressão. A cidade escurece e, de iluminação, praticamente só existem os bicos a mercúrio, presenteados por entidades de serviço e pelos plácidos habitantes...” (O PEIXEIRO, 30-8-64: 16). Inclusive elogios passam a ser feitos a Farydo Salomão o ‘turco da esplanada’, um ‘menino grande’ que, num curtíssimo período de reinado, conseguiu ‘sacudir o esquecido berço de Silva Paes’, impressionando e cativando os que desacreditavam em qualquer possibilidade de arrojo e iniciativa. A sua queda foi “compreensível e até mesmo julgada necessária junto à opinião pública. Deixou o menino grande que o brilho de sua ação e dinamismo fosse empanado pela comandita comunista que afilava suas garras no Colosso adormecido”. A matéria enaltece as qualidades administrativas de Salomão mas evidencia a postura do jornal de que a aproximação com ‘comunistas’ teria levado a sua cassação (O PEIXEIRO, 24-05-1964: 16).

Um amplo destaque era dado à participação dos estudantes secundaristas e a construção da Casa do Estudante. Uma matéria escrita no início de abril, ressalta da necessidade de politização dos estudantes frente às difíceis horas que o país estava atravessando, cabendo ao estudante ocupar um papel preponderante no quadro político nacional. A classe estudantil deveria ter personalidade política sem se deixar coagir com ideais ou ‘fanatismo de terceiros’. “Liberdade de pensamento é o que os estudantes, - bem como o povo em geral, - necessitam para se definirem e para que o Brasil possua uma concreta estrutura político-social”. O estudante nesta hora de crise, poderia ter uma posição de

apoio a Legalidade, ao golpe de estado, a direita, a esquerda, etc... “Para onde irá o estudante? Ao que parece, só existem dois caminhos. Um é Cristão o outro não” (O PEIXEIRO, 5-4-1964:12).

O componente democrático de liberdade de pensamento está presente e a referência à escolha ‘cristã’ do estudante também está explícita. Outro componente no discurso que é a preocupação com a melhoria de vida da população é fundado no amor à pátria: “pois, se não lhe tivéssemos amor ela seria vítima de indivíduos inescrupulosos que para verem seus vis projetos realizados são capazes de jogar seus próprios irmãos aos traidores, ver derramar sangue, tudo para satisfazer-lhes seus baixos ideais” (O PEIXEIRO, 5-4-64: 11).

Uma matéria aparentemente despretensiosa é bastante elucidativa para analisar a posição do jornal frente à atuação da esquerda como a de baderneiros (no caso, a bagunça feita por um grupo de frequentadores dos cinemas que ofendiam os demais cinéfilos). A construção narrativa na matéria ‘A Turminha da Esquerda’ é em cima do movimento militar e suas simbologias (como o navio Canópus que funcionou na Barra do Rio Grande como prisão para os presos políticos e interrogatórios), adaptando para a situação local numa matéria de gosto duvidoso:

“A Empresa Cupelo deve arranjar um 31 de Março e fazer sua revolução também. A existência da ‘turminha da esquerda’ que todas as noites se reúne em grande algazarra no Cine Glória está a exigir da direção daquele cinema a criação de um Ato Institucional. (...) As piadinhas infames e desgraciosas dão bem mostra da mentalidade infantil de seus autores. É, enfim, um desafio berrante a dignidade humana. (...) O ideal seria colocá-los (acompanhados de todo o novo senso de humor) a bordo de um Canópus e mandá-los para o mais longe possível. (...) O expurgo deve vir rapidamente, antes

que seja tarde, pois a situação é grave. Os que nos visitam ficam boquiabertos com o proceder desses desajustados e desordeiros que confundem humor com molecagem” (CHC, O PEIXEIRO, 27-9-64: 16).

Essas matérias tiradas de O Peixeiro são pistas para interpretar que a recepção ao movimento militar de 1964 não foi positiva frente ao jornal, que desde o mês de abril fez comentários pejorativos aos novos detentores do poder. Constatase nos discursos a crença no amor à pátria e a nacionalidade; o combate à corrupção e as forças ocultas; a defesa da liberdade de expressão; a necessidade de melhor distribuição de renda e do fortalecimento salarial dos trabalhadores; a defesa do bairrismo local para melhorar a qualidade de vida e o senso de pertencimento dos moradores; comentários anticomunista, antiesquerdista e contrários ao dirigismo antidemocrático do novo regime. A linguagem irônica e debochada foi um recurso típico da imprensa fundada na atuação de homens públicos que já tem um histórico de 187 anos de atuação em Rio Grande. Nesta direção, O Peixeiro transcendeu a condição de um espectador da programação cinematográfica ou da página social, para assumir a condição de imprensa engajada num ideário de crítica político-social. Estas pistas de temas desenvolvidos, evidencia uma cidade que estava no limite de uma crise econômica e de perda de referenciais futuros e que passava pelo dinâmico processo de adesão/adaptação ou resistência ao período iniciado em 31 de março de 1964.

Referências bibliográficas

ALVES, Francisco das Neves. Governo do Prefeito Farydo Salomão In: *Biblos*. Rio Grande: Departamento de Biblioteconomia e História/FURG, 1990, vol. 3.

_____. *A Pequena Imprensa Rio-Grandina no Século XIX*. Rio Grande: Editora da FURG, 1999.

_____. *Imprensa, caricatura e historiografia no Rio Grande do Sul: ensaios históricos*. Rio Grande: FURG, 2006.

_____. Heranças culturais do medievo – articulações entre o universal e o regional: imagens, símbolos e reminiscências medievais na imprensa caricata rio-grandense-do-sul do século XIX. In: *Biblos – Revista do Departamento de Biblioteconomia e História*, v. 21, p. 33-50, 2007.

_____. *De crayon à mão: a arte caricatural de Thadio Alves de Amorim*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense; Secretaria de Município da Cultura, 2016.

BARRETO, Abeillard. A Imprensa do Rio Grande no Tempo do Império. *Rio Grande*. 27 de junho de 1935.

BETHENCOURT, Francisco. *História das inquisições*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

CABRAL, Oswaldo. *Nossa senhora do Desterro –notícia II*. Florianópolis: UFSC, 1972.

CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Moraes, 1984.

DIAS, Eurico Gomes. *A construção da História Medieval na imprensa periódica portuguesa de Oitocentos*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2011.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUBY, Georges. *A sociedade cavaleiresca*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

DUBY, Georges. *El siglo de los caballeros*. Madrid: Alianza Editorial, 1995.

FAUSTO, Boris, *História do Brasil*. São Paulo, Editora da USP, 2003.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962.

FRAGA, Solismar Martins. *Cidade do Rio Grande: urbanização e industrialização*. Rio Grande: Editora da FURG, 2006.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Peregrinos, monges e guerreiros: feudo-clericalismo e religiosidade em Castela Medieval*. São Paulo: Hucitec, 1990.

GORENDER, Jacob. *O combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro:

José Olympio, 1963.

LINS, Ivan. *A Idade Média, a Cavalaria e as Cruzadas*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

MÜLLER, Geraldo. A Economia Política Gaúcha dos Anos 30 aos 60. IN: DACANAL, J.H. (Org.) *RS: economia & política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

NOVINSKY, Anita Waingort. *A Inquisição*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PASTOUREAU, Michel. *No tempo dos cavaleiros da Távola Redonda*. São Paulo: Companhia das Letras, Círculo do Livro, 1989.

PIRENNE, Henri. *Maomé e Carlos Magno*. Lisboa: Dom Quixote, 1970.

_____. *História econômica e social da Idade Média*. 6.ed. São Paulo: Mestre Jou, 1982.

SILVA, Hélio. *1964: Golpe ou Contragolpe?* 2a. edição. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda, 1978.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello*, de Thomas Skidmore. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TESTAS, Guy & TESTAS, Jean. *A Inquisição*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968.

TOLEDO, Caio Navarro. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo;

TORRES, Luiz Henrique. *A Gripe Espanhola e o Colapso do Cotidiano*. Rio Grande: FURG, 2008.

VIANNA, Arthur. *As epidemias no Pará*. 2ª ed., Belém: Universidade Federal do Pará, 1975.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra Infante Dom Henrique para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



CIDH

Cátedra Convivida FCT / Infante Dom Henrique
para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização



BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE

ISBN: 978-85-67193-30-4



9 78 85 6719 3304